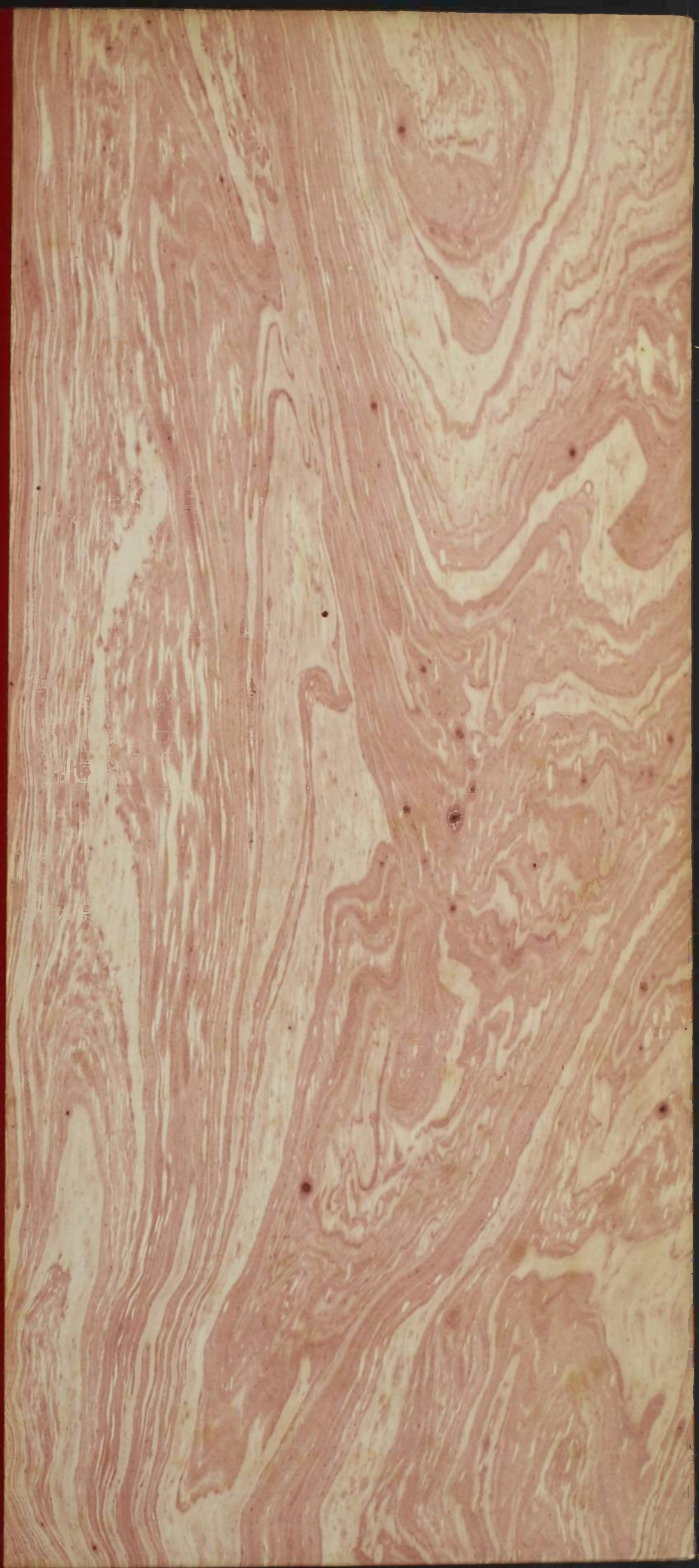
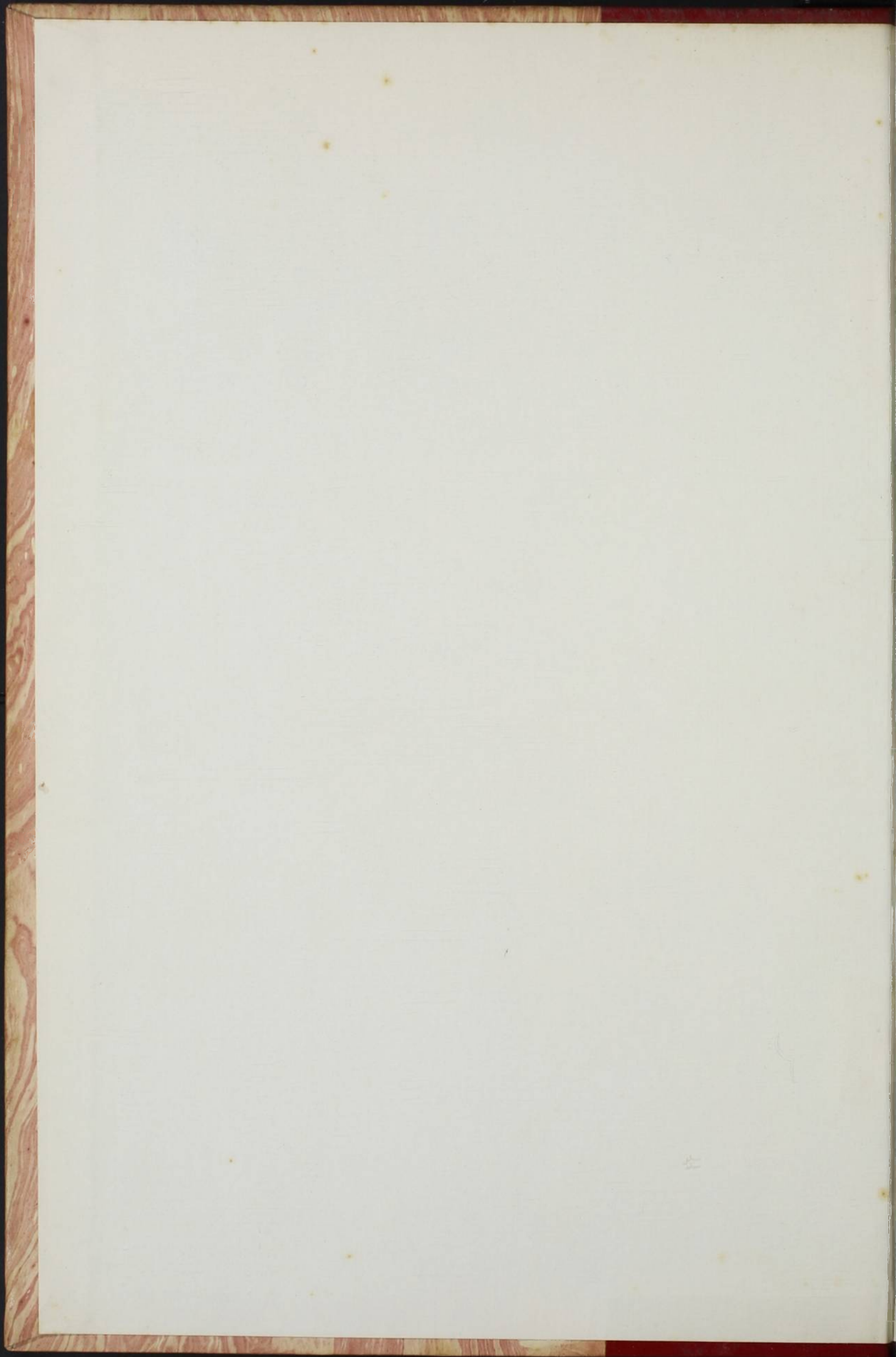
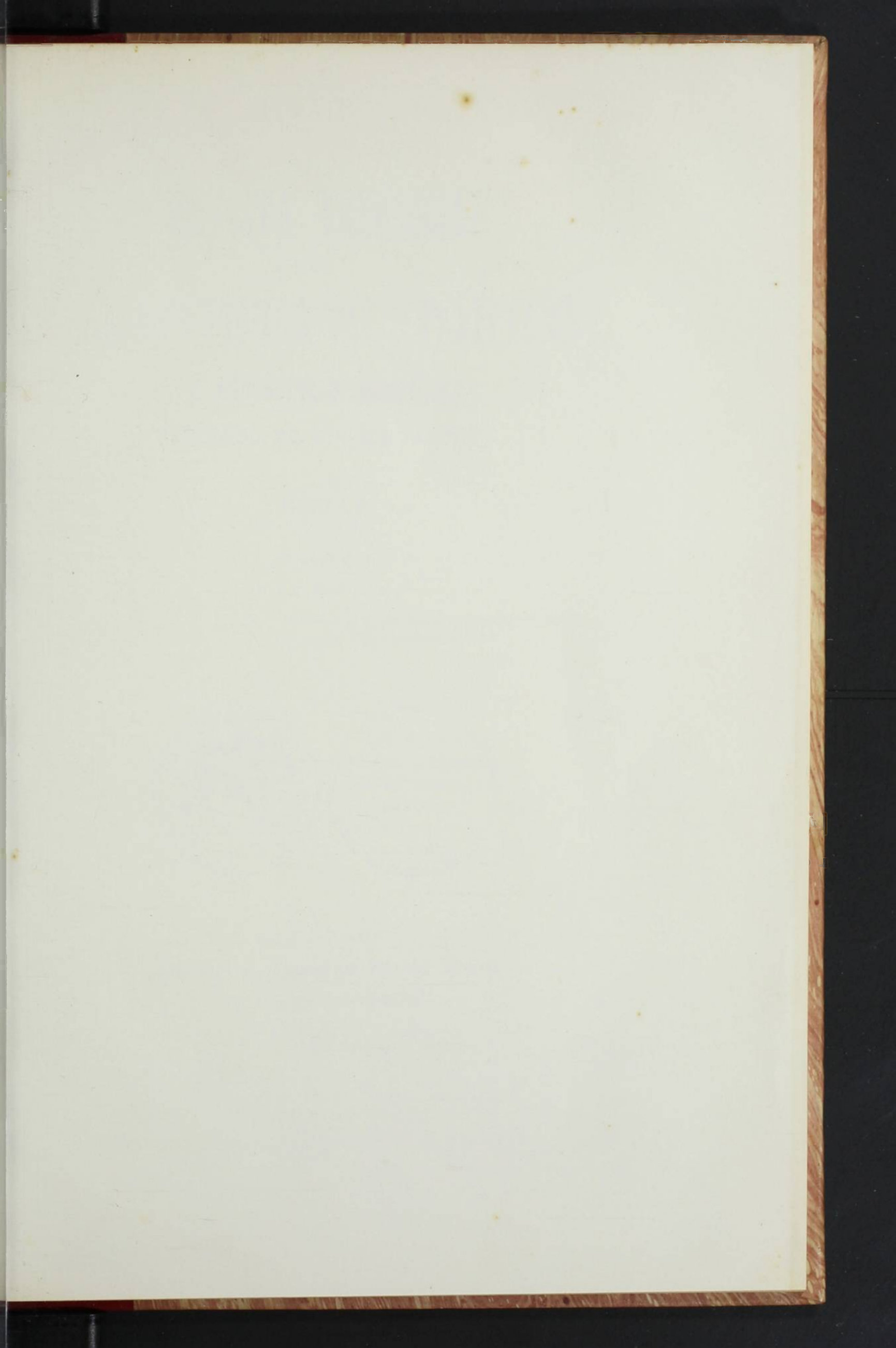


MISSÃO
ESPECIAL
DO GEN. ARGENTINO
D. BARTOLOMEO
MITRE AO BRAZIL EM
1872
MANOEL FRANCISCO
CORREIA









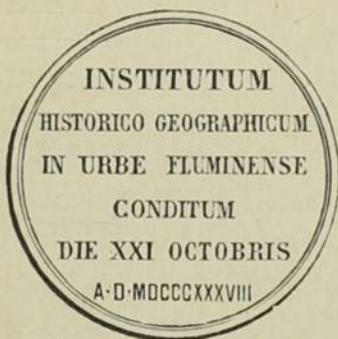
REVISTA TRIMENSAL
DO
INSTITUTO HISTORICO
E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO
FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

TOMO LX

PARTE I

(1º E 2º TRIMESTRES)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui



RIO DE JANEIRO
Companhia Typographica do Brazil
93, RUA DOS INVALIDOS, 93
—
1897

REVISTA TRIMESTRAL

INSTITUTO HISTÓRICO

E GEOGRÁFICO DE CHILE

FUNDADO POR DON JUAN VALDIVIA

TOMO IX

1914



Compañía Tipográfica de Chile
Santiago, Chile

MISSÃO ESPECIAL

DO

General argentino D. Bartolomeo Mitre ao Brazil em 1872.

NEGOCIAÇÃO CONFIDENCIAL

(Leitura do conselheiro Manoel Francisco Correia no Instituto Historico)

O illustre general Mitre chegou ao Rio de Janeiro no dia 6 de Julho de 1872, e no dia 8 escreveo ao então ministro dos negocios estrangeiros, o cidadão que apresenta ao Instituto Historico esta memoria, pedindo uma conferencia, que se verificou no dia 9.

D'ella o Sr. general deo conhecimento a seo governo n'esta confidencial. Legação Argentina no Brazil. Rio de Janeiro 9 de Julho de 1872. A S. Ex. o Sr. ministro das relações exteriores da Republica Argentina. *

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex., que, como lhe preveni na minha anterior confidencial, dirigi-me ao Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio, annunciando por nota verbal minha chegada a esta côrte, e pedindo uma conferencia para saudal-o particularmente, com o fim de conhecer as dispozições em que se achava este governo. O Sr. ministro respondeo-me immediatamente, convidando-me para hoje, ás 11 horas, no ministerio dos negocios estrangeiros.

* D. Carlos Tejedor, que dirigira ao Brazil uma nota aggressiva, perturbadora das relações dos dois Estados.

A conferencia teve lugar á hora indicada, e o Sr. ministro recebeo-me muito amigavelmente; e havendo-lhe dito que tinha prazer em tornar a vizital-o, posto que em diverso character e com outros fins, replicou-me, infelizmente não tão bem como da outra vez.

A isto respondi, que do mesmo modo quanto a mim, e talvez, sob melhores auspícios quanto ao meo paiz e governo, de cuja opinião e politica acreditava ser genuino representante ao aceitar uma missão de paz e amizade no sentido da união e dos grandes interesses de ambos os paizes. Disse-me, que, a julgar por certos factos, não parecia que assim fosse. Respondi, que os factos provavam eloquentemente, que a boa politica de paz e amizade tinha raizes na vontade nacional, porquanto nem os homens nem os governos teriam podido realizar e manter uma politica contra as rezistencias que, com razão ou sem ella, aqui se suppunha existir contra a alliança e o Brazil, * e que o facto de ser eu enviado para representar a politica que sempre havia sustentado, contando com a confiança do meo governo e a opinião do meo paiz, que me havia encarregado da solução das questões pendentes que nos agitavam, provava, que essa politica tinha vida e predominava nos conselhos e nos sentimentos.

O Sr. ministro falou-me então na publicação das notas, dizendo-me que tinha visto em uma annotação feita pela *Nacion* á circular brasileira ao corpo diplomatico, que era elle accusado de ter sido o primeiro a publicar as notas, facto que negou, explicando-o do seguinte modo: que até então a discussão não tinha acrimonia; que, tendo-lhe communicado o Sr. Magalhães ** o pensamento do governo argentino de conservar ainda em rezerva os documentos, já lhe havia mandado dizer, que essa rezerva tinha seos limites por cauza da abertura do parlamento,

* O Brazil se havia alliado com as Republicas Argentina e Oriental do Uruguay para combater o dictador do Paraguay D. Francisco Solano Lopez, que a todos offendera.

** Dr. Domingos Jozé Gonçalves Magalhães, depois Visconde de Araguaia, então enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brazil na Republica Argentina.

não só porque tinha por dever dar-lhe contas, como porque, tomando as camaras a iniciativa no negocio por meio de interpellações, poderia isso dar em resultado a publicidade com mais inconvenientes, levando talvez o governo brasileiro mais longe do que dezesasse. Que a ultima nota do Sr. Tejedor chegou precisamente no momento da crise parlamentar, sobre a qual exprimio-se com diffusão, entrando em algumas considerações de politica interna, que a nossa intimidade autorizava n'aquella occasião. Fallou-me em seguida, repetindo algumas generalidades, sobre o direito de tratar em separado, * o que importava quebra da alliança, desde que podiamos fazer o mesmo; que o Brazil nada havia estipulado em contrario ao nosso direito; estudando entretanto muito suas palavras sobre

* As delongas, que não deixavam de ser intencionaes, em concorrer a Republica Argentina para a conclusão em commum do tratado definitivo de paz, no que não oppuzera obstaculo a Republica Oriental do Uruguay, determinaram o governo imperial a enviar em missão especial ás Republicas Argentina, do Uruguay e do Paraguay, o senador pela provincia da Bahia, Barão de Cotegipe (João Mauricio Wanderley), declarando eu então ao representante da Republica Argentina: « Vae o Barão de Cotegipe, mas é a primeira e a ultima missão especial que mandarei ao Rio da Prata. »

O Barão reconheceo, em negociação com o Sr. Quintana, representante argentino, o proposito de delonga, provavelmente para obtenção de certas concessões; e pediu permissão para negociar separadamente com o Paraguay.

Pareceo-me, que convinha mais ao Brazil o risco da negociação separada, contra a qual se poderia allegar o tratado de alliança, do que eternizar a questão quando eram somente forças brasileiras que occupavam Assumpção, com grande dispendio, e sem que o Brazil tivesse a minima pretensão a conquista de qualquer ordem.

Levada a questão á conferencia ministerial, o presidente do conselho senador Visconde do Rio-Branco (Jozé Maria da Silva Paranhos) perguntou qual a minha opinião. Respondi, que, si S. Ex. e os collegas não se oppuzessem, eu concederia a autorização. O Visconde do Rio-Branco, votando no mesmo sentido, observou: « no desempenho da missão ora confiada ao Cotegipe, pedi-a, e si a tivesse obtido, não havia sido acoimado de *pasteleiro diplomatico*. »

A Sra. D. Izabel, Princeza Regente, concordou: o Barão negociou separadamente; e era a essa incandescente questão que o general alludia.

Um incidente. Convidei o Barão de Cotegipe para esta missão no theatro lyrico, no intervallo de um para outro acto da opera. Observou-me: « pois este lugar é proprio para negocio de tal ordem? » Respondi: « todo o lugar é proprio para promover o bem publico. » O Barão retorquiu: « vou pensar, e dar-lhe-hei a resposta amanha. »

este ponto, pareceo-me, com o conhecimento que tenho das pessoas, que eram eco das opiniões que hoje professa o Sr. Paranhos, * quanto a considerar a alliança limitada aos fins da guerra, vendo unicamente nos ajustes definitivos os meios de pôr-lhe termo de uma forma qualquer, como se havia posto fim á propria guerra.

Minha resposta foi dirigida tanto ao meo interlocutor, como ao personagem, que me parecia falar pela boca do Sr. Correia. Disse-lhe, que não vinha fazer o processo dos actos nem das opiniões de quem quer que fosse; que professava opiniões diametralmente oppostas, como elle sabia. não á vista dos argumentos que podiam escurecer momentaneamente o texto claro dos compromissos internacionaes, mas em prezença do sentido recto e genuino dos tratados de alliança e protocollos complementares que deviam ser, em todo o tempo, o ponto de partida, assim como suas consequencias logicas deviam ser o nosso ponto objectivo; que portanto minhas convicções tinham sido inspirados n'essas fontes, a fim, não de discutir, porém de fazer politica, tendo em vista os factos posteriores que se deram; que o governo argentino não pretendia annullal-os, mas harmonizal-os com o plano geral da alliança, quanto aos seus resultados definitivos.

Que n'esse espirito pratico e elevado tinha sido concebido o plano da minha missão, e que o proprio ministro das relações exteriores da Republica Argentina declarára francamente em conselho, que a discussão por meio das notas de governo a governo não fazia sinão complicar a questão, e que por isso era eu nomeado e havia aceitado.

Que, á minha chegada, soube da resposta d'este governo, sobre a qual deixei de emittir meo juizo, dizendo-lhe entretanto, que ella liquidava a conta das notas, como a imprensa de ambos os paizes havia liquidado a sua. Que portanto era o tempo de trasladar a discussão para os actos diplomaticos a fim de produzir resultados que aclarassem a situação e pacificassem os espiritos, restabelecendo as cordiaes relações e sem admittir a

* O prezidente do conselho de ministros.

hipothese de uma guerra entre dois povos que haviam combatido durante cinco annos pela paz d'estes paizes, e tinham seos mortos enterrados em santa fraternidade. acrescentei, que considerava a idéa da guerra como uma immoralidade, que nos cobriria de opprobrio perante o mundo, degradando-nos como nações civilizadas.

Esta mesma perturbação accidental em que nos achavamos era um verdadeiro escandalo que não devia prolongar-se por mais tempo, procurando-se de commum acordo uma solução igualmente decoroza e conveniente para ambos.

O Sr. ministro, que até então manifestára certa reserva, ou antes certa irrezolução por pizar em um terreno que não conhecia, quiz exploral-o, dizendo-me que, si eu estava autorizado para responder a nota ou para propor alguma coiza, nos poderíamos entender.

Então declarei-lhe, que a minha opinião era, que a ultima nota seria provavelmente a sua, segundo o que me manifestára o meo governo, a resposta a ella seria referir-se ao que eu fizesse ou dissesse, e n'esse sentido havia eu escripto confidencialmente para Buenos-Aires, quando aqui tive conhecimento da sobredita nota. Que portanto me considerava habilitado a ser recebido e occupar-me desde logo com o objecto de minha missão especial.

A resposta do Sr. ministro foi mais expansiva que as anteriores, entrando em algumas explicações sobre o alcance de sua ultima nota, dizendo que, por sua parte, se havia limitado ao estrictamente necessario, evitando tocar na ingrata recordação de Ituzaingo, que, com justo motivo, excitára a animozidade do Brazil, fazendo algumas alluzões a conceitos que poderiam parecer offensivos.

A minha resposta foi franca e ao mesmo tempo satisfatoria, dizendo-lhe que, reconhecendo precisamente esta intenção por parte do gabinete do Brazil, o meo governo havia encarado esta questão como um assumpto que deveria ser tratado tranquillamente entre homens de estado; que a questão das notas e das pretendidas offensas, ou satisfações reciprocas a que pudessem dar lugar, já estava felizmente terminada, e que me era agradavel poder dizer-lhe que nas minhas instruções se previa o cazo de

enxergar o Brazil alguma offensa em nossa ultima nota, autorizando-me ellas a declarar que a intenção do governo argentino nunca tinha sido offender o povo nem o governo brasileiro, declaração que eu não teria escrupulo em fazer por escripto. Que a referencia a Ituzaingo não tinha sequer uma intenção offensiva, e que, assim como S. Ex. me havia declarado, elle m'o havia dito antes, que a de Caseros tivera por unico objecto ennobrecer mais nossa alliança, a recordação de que algum dia tivessemos estado em guerra por questões, que eram triste herança da metropole, não teve nem podia ter outro fim sinão significar que essa guerra não nos pôde impedir de realizar allianças e actos politicos generozos de que a Republica Argentina jamais se esqueceria, e que esperava, como era previsto nas instruções, que seria essa a politica constante do presente e do futuro.

Considerando-me sufficientemente compenetrado das dispozições em que se acha este governo, dei por terminada a conferencia, dizendo-lhe que brevemente passaria nota pedindo ser recebido no meo character diplomatico, e annunciei-lhe, que o faria no dia seguinte.

O Sr. ministro disse-me que, si lh'a enviasse hoje, amanha mesmo levaria á presença do Imperador, e me responderia immediatamente, perguntando-me si pronunciaria algum discurso por occasião da recepção; ao que respondi, que enviaria copia d'elle, como é de estilo.

Hoje mesmo passei a nota indicada, e espero poder, pelo proximo correio, dar conta a V. Ex. da minha recepção.

A opinião publica d'este paiz está tranquilla, assim como a sua imprensa; todos anhelam um accordo amigavel entre os dois paizes, o que confirma, cada vez mais, a idéa que emitti na minha anterior * de que o governo do Brazil tambem o dezeja, segundo se deduz da conferencia de que acabo de dar conhecimento a V. Ex. Deos guarde a V. Ex. *Bartolomé Mitre.*»

* Não tive noticia d'esta confidencial. As que aqui se encontram foram exttahidas do relatorio do ministro das relações exteriores da Republica Argentina.

Assim como o Sr. general Mitre tinha de communicar confidencialmente ao seo governo o que occorria, eu devia proceder do mesmo modo para com os meos collegas de gabinete, e para com o augusto chefe do Estado. Por isso escrevia tambem o que se dava nas conferencias immediatamente depois que ellas se realizavam.

Esses escriptos foram coordenados em um livro pelo zelozo director geral interino da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, conselheiro Alexandre Affonso de Carvalho.

A cada uma das communicações do general Mitre acompanhará o que foi correspondentemente por mim escripto.

Em prezença de uma e de outra exposição, o Instituto formará seo juizo, e conhecerá a verdade no que possa por ventura interessar á historia a negociação confidencial de que me occupo.

A negociação publica de que se lhe seguiu foi encarregada pelo governo do Brazil ao habil e competente senador e conselheiro d'estado Jozé Antonio Pimenta Bueno, Marquez de S. Vicente; e é bastante conhecida.

Eis a parte do livro a que fiz referencia, correspondente á transcripta confidencial do general Mitre:

«O Sr. general disse-me, que se apresentava em uma missão de paz, e cheio da melhor vontade de arranjar diplomaticamente, no pé da mais perfeita amizade, as questões entre os dois governos: que, si as notas do Sr. Tejedor não tivessem sido respondidas, elle estava autorizado para declarar ao governo imperial officialmente, que não devia ver a menor offensa n'essas notas, que não havia a menor intenção de fazel-a; que devemos considerar a questão, por meio de notas, terminada, dando por feito o que se achava feito, aceitando tudo como está, desde o tratado de alliança até aos de Assumpção, e a ultima discussão, procurando em conferencia solução pratica para as questões, de modo que a amizade entre os dois Estados se renove a bem não só do prezente, sinão do futuro, pois que seria um opprobrio que duas nações, que juntas se cobriram de tanta gloria, agora fossem gladiar uma contra outra.

Que elle tem as mais amplas faculdades; que, póde dizer, representa a opinião unanime do seo paiz, do governo, do povo: todos querem a paz e a harmonia. Seo embarque congregou todo o povo; S. Ex. só disse: é este o exercito de paz com que quero pelejar.

Observando-lhe eu que antes de tudo careciamos de dar resposta ás ultimas notas, disse, que ella seria no sentido de dar por finda a discussão de governo a governo, e de passarem os negocios para o seo representante no Rio de Janeiro.

Mas é preciso, ponderei eu, que essa resposta attenuue a impressão desagradavel cauzada pela correspondencia anterior.

Ficou de mandar-me a nota, pedindo dia e hora para seo recebimento, e copia de seo discurso, que será o mais pacifico e amigavel.

Disse-lhe do meo lado, a receber seos cumprimentos, que começaram mui bem nossas relações particulares, que eu muito apreciava, e sentia, que se déssem os motivos sabidos para não começarem da mesma fôrma as relações politicas.

Observou elle, que faria o possivel para que não houvesse separação entre umas e outras.

Disse-lhe mais, que não se podia deixar de responder, como se respondeo, á nota do Sr. Tejedor; mas que tendo o congresso argentino intervindo na questão, as camaras brazileiras, se estivessem reunidas, approvando como, em sua maioria ao menos, approvavam a politica externa, discutiriam tambem a questão; e as coizas podiam ir muito adiante. Que por isso fez bem a *Nacion* * em não applaudir o congresso; mas que, attendendo a tudo isto e á linguagem da imprensa, eu era agradavelmente surpreendido com a noticia de que o governo e povo se uniam em torno de sua missão para indicarem seo pendor a favor da paz e da amizade ao Brazil.

Disse-lhe, que a nota havia offendido a susceptibilidade popular, fazendo referencia a Ituzaingo, á qual,

* Folha do general Mitre.

como vio, de proposito a nota brasileira não deo resposta alguma. Si dêsse, no sentido unico em que podia ser, podia apparecer alguma manifestação, que não seria favoravel ao fim de sua missão.

Respondeo, que, si não estivesse a nota respondida, mesmo sobre Ituzaingo daria explicações convenientes.

Acrescentei, que não via motivo sufficiente para a celeuma que se levantou na Republica Argentina a proposito do que occorreo em Assumpção, posição que o Sr. Quintana tornou forçada.

A Republica Argentina podia fazer o que o Brazil fez, negociando do mesmo modo com o Paraguay.

Falei ainda em que não podia deixar de publicar os documentos no relatorio, sabida como era a existencia do protesto e da reclamação argentina ; aproveitando a occasião para dar resposta a uma observação da *Nacion*, que tornava o governo brasileiro responsavel pela discussão publica. »

Como vê o Instituto, os pontos principaes da conferencia são referidos de modo similhante, sendo sómente para sentir que o general Mitre não tivesse dado a importancia que o governo imperial dava á necessidade de attenuar o governo argentino, em sua resposta, a desagradavel impressão que nos havia cauzado a nota de 27 de Abril. Mas, em outra confidencial, o illustre plenipotenciario exprime-se de modo que justifica as palavras que sobre este ponto escrevi.

Na sua primeira confidencial, como em outras, o Sr. general, dando mais uma prova da finura que lhe reconheço, penetra em minhas intenções ; mas, além do risco que ha sempre que se pretende devassar o segredo da consciencia, devo observar, que muita vez parece vacillação, timidez, irrezolução, o que é procedimento imposto pelo dever nas circunstancias em que se acha um alto funcionario, conscio da grande responsabilidade que sobre elle peza, e cujos actos vão reflectir sobre sua patria, a qual só deve ser arrastada aos dolorozos sacrificios que a guerra impõe em conjunturas extremas, quando de outra fôrma não podem ser resalvados seos direitos e sua honra.

Faço esta observação para de uma vez dizer o que me cumpre acerca dos pontos em que o plenipotenciario argentino trata de minhas intenções.

Em uma das confidenciaes S. Ex. diz, que mostrei-me impressionado com suas reflexões, a que oppuz uma contestação pouco precisa, e sem encadeamento logico. Não me cabe avaliar a procedencia d'esta observação. Notarei sómente, que o Sr. general, referindo uma conferencia com o prezidente do conselho Visconde do Rio-Branco, amestrado diplomata, diz tambem, que S. Ex. ficára impressionado com a manifestação que elle fizera em termos categoricos, e não se havia animado a insistir em um ponto de que se occupára, e em declarar que era essa a ultima palavra do governo imperial.

Observa o Sr. general, que, em certo ponto, vio em minhas palavras o éco das do prezidente do conselho. Não se enganou; mas si quizesse exprimir-se com mais exactidão deveria dizer que n'ellas vio o éco, não d'este ou daquelle ministro, mas de todo o gabinete, pois que eu repetia a opinião uniforme de todos os ministros.

Refere tambem S. Ex., que fiz observações acerca da politica interna, autorizadas por nossas relações. Assim foi, embora eu não as escrevesse, por ser isso ociozo em escripto destinado a ser lido a meos collegas. O mesmo não se dava em relação ao plenipotenciario argentino. Sabe o Instituto, que não raras vezes as occurrencias da politica interna influem nos acontecimentos diplomaticos.

O cazo foi que a nota aggressiva do Sr. Tejedor me veio ás mãos no momento em que eu me dirigia para o paço de S. Christovão, onde o ministerio ia propor a Sua Magestade o Sr. D. Pedro II a dissolução da camara dos deputados, * na qual não tinha o precizo apoio,

* O meo voto foi pela dissolução, que o Imperador concedeo.

Terminada a lula que entre os conservadores se travára por motivo da lei da libertação dos filhos da mulher escrava, deram-se vagas no ministerio. Pretendeo este reunir de novo o partido e extinguir a dissidencia, dando entrada no gabinete a um dos membros mais moderados da facção contraria áquella lei, o Sr. conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, ex-ministro, e deputado pela

em consequencia de haver proposto o projecto, convertido na lei de 28 de Setembro de 1871, que secára a fonte da escravidão, declarando livres os filhos de mulher escrava, passo agigantado para a libertação total que a lei de 13 de Maio de 1889 consummou, não vacillando jámais o meo voto quanto a essas e outras providencias tendentes a abolição da nefasta instituição, tão prejudicial á raça oppressora como opprimida.

Tem-se pretendido, que o apoio que a familia imperial deo a essas medidas contribuiu poderosamente para o estabelecimento da Republica. Entretanto a Republica vangloria-se da extinção da escravidão: o dia 13 de Maio foi declarado de festa nacional.

Mas, assim sendo, nenhuma dinastia teve mais afortunada terminação, no meio dos applauzos da humanidade. Nem é menos glorioza a sua mortalha que a d'aquelle almirante que envolveo-se, perdida a batalha, na bandeira da patria, e com ella precipitou-se no seio das ondas.

Entregue como me foi a extensa nota argentina, em momento tão apurado da politica interna, quando

provincia da Bahia. Como eu entretinha com elle relações mui particulares, o prezidente do conselho confiou-nos o encargo de falar-lhe autorizando-me para declarar que com elle entravam a coparticipar na administração os nossos amigos divergentes, aos quaes elle representaria, podendo retirar-se do ministerio se verificasse, que tal não era o propozito. Não se tratava com effeito de enfraquecer a dissidencia. Apesar das minhas instancias, o conselheiro Taques, tendo ouvido a seos companheiros, não acquiesceo. Depois d'isto, tratando-se da dissolução da camara dos deputados, o meo voto era fatal. A luta que ia dar-se nas urnas não podia ser evitada, e não apresentava character ameaçador.

Não procedi da mesma sorte quando em 1889 o ministerio conservador, prezidido pelo senador por Pernambuco conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, propoz a dissolução da camara do mesmo partido, que igualmente se scindira depois da lei de 13 de Maio. No conselho d'estado opinei em sentido contrario. A luta que se teria de travar afigurava-se-me de consequencias desastrosas, estando de um lado só a fracção dominante do partido conservador, e do outro a fracção dissidente e os partidos liberal e republicano, elementos que em tal momento politico, eu tinha por conveniente não colligar em uma opposição commun.

A camara veio a ser dissolvida pouco depois; mas por um ministerio liberal, o ultimo da monarchia, prezidido pelo senador por Minas-Geraes o conselheiro Affonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro-Preto.

frequentes eram as conferencias ministeriaes, não se offereceo oportunidade para apressar a tradução que logo mandei fazer, de sorte que, ao occupar-se de novo o governo com aquella nota, algum tempo havia decorrido ; e forçozo foi responder da fórma, que é conhecida. Fica dest'arte explicado porque não se pôde mais considerar a questão, extremamente grave, de ser a nota devolvida, como depois alguns entenderam, que se devera ter feito. E assim foi melhor, como os successos posteriores demonstraram.

A confidencial seguinte é n'estes termos :

« Confidencial. Legação Argentina no Brazil. Rio de Janeiro 17 de Julho de 1872.

A' S. Ex. o Sr. ministro das relações exteriores da Republica Argentina. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex., que, no dia 12 do corrente, vespera de minha recepção, fiz uma vizita particular ao Sr. Visconde do Rio-Branco, presidente do conselho de ministros, correspondendo assim á saudação particular que me dirigio á minha chegada.

Nossa conversação se prolongou por duas horas e meia, sendo o assumpto d'ella as questões pendentes entre ambos os paizes, em ton animado, porém amigavel e confidencial.

O Sr. Visconde do Rio-Branco disse-me, que o Sr. ministro dos negocios estrangeiros havia dado conta detalhada a S. M. o Imperador da conferencia que tivemos (a qual já communiquei a V. Ex.), achando-se presentes os ministros do Imperio. Que estava hoje compenetrado do espirito amigavel do governo argentino, e que via na minha escolha uma prova d'isso ; que no interesse porém do exito dos acordos, devia assignalar algumas difficuldades, fazer algumas confidencias e apresentar-me queixas que deviam ficar entre ambos.

As difficuldades que assignalou o Sr. Rio-Branco podem reduzir-se ás seguintes: 1.^a a necessidade ou conveniencia de uma resposta por parte do governo argentino á ultima nota brasileira, para restabelecer de todo a boa harmonia; 2.^a a participação que a Bolivia podia e devia ter como ribeirinho nos ajustes sobre a navegação commun

do alto Paraguay; 3.^a as questões de limites com a Bolívia, resalvadas pelas notas reversaes; 4.^a a falta de representação do Estado Oriental na questão que se ventilava.

Com este motivo entrou o Sr. Visconde do Rio-Branco em varios pormenores e confidencias interessantes, que não consigno aqui, porque, havendo-me dito que ficavam entre nós, julgo dever omittil-as, não sendo por outro lado essenciaes ás questões pendentes.

As difficuldades enunciadas pelo Sr. Rio-Branco contestei detidamente: 1.^o, que a prolongação da discussão por nota era o que se havia procurado evitar com a missão especial, e que isso era complicar o que se apresentava facil, conveniente e decorozo para ambos; 2.^o que a participação da Bolívia nos ajustes de navegação a que se referia não me parecia estar incluída nas estipulações da alliança, nem no quadro de nossas negociações; que em todo cazo porém seria ella uma consequencia do nosso accordo, e não uma difficuldade prévia que se tivesse de remover; 3.^o, que as pretensões da Bolívia, que a nota do Brazil fazia chegarem até á embocadura do Bermejo, não passavam da margem septentrional do Pilcomayo, segundo se via do folheto recentemente publicado pelo Sr. Aguirre; o Sr. Rio-Branco disse-me, que esse trabalho publicava-se actualmente na *Nação*, diario ministerial officiozo, a que se diz não ser estranho o ministerio *; acrescentando eu que em todo o cazo erã questão que se tinha de rezolver entre a Bolívia e a Republica Argentina, como limitrofes; 4.^o, que a falta de representação do Estado Oriental não era obstaculo; que, pelo contrario, facilitava o accordo, havendo na alliança precedentes sobre este modo de proceder, estipulando-se que o accordo lhe seja opportunamente submettido, contando-se com sua aceitação em sentido pacifico e amigavel.

No correr da conversação tive occasião de dizer ao Sr. Visconde do Rio-Branco, que a minha missão era tão

* Fazia parte da redacção o filho do presidente do conselho, o Sr. Barão do Rio Branco, que com tanto brilho representou o Brazil perante o presidente dos Estados Unidos da America do Norte, Grover Cleveland, arbitro na questão do territorio das Missões.

séria quanto amigavel, e que, quando se procurava directamente os meios de chegarmos a um accordo a respeito das pequenas difficuldades que me assignalava, as quaes provavam que não existiam outras de importancia, ver-se-ia n'estas difficuldades pretextos para prolongar uma situação que, mantendo a inquietação, nos desacreditava dentro e fóra do paiz, e que era indecorozo e até um escandalo que ella se prolongasse por mais tempo do que o necessario para nos entendermos amigavelmente; no que conveio o Sr. Rio-Branco, concordando, ao terminar a conferencia, em que a situação devia definir-se quanto antes n'esse sentido, removendo-se com reciproca boa vontade qualquer difficuldade.

No dia 14 (o subsequente á minha recepção), ao fazer ao ministro dos negocios dos estrangeiros a vizita do estylo em sua caza, tratei de verificar o espirito de certas insinuações do Sr. Rio-Branco, e convenci-me de que a primeira difficuldade por elle apontada tinha por fim obter que em nossa resposta se dêsse uma especie de satisfação ao incidente da nota; o que repelli vigorosamente, dizendo ao ministro que era procurar *midi á quatre heures*, tornando ao terreno das difficuldades de que felizmente iamoz saindo, e que, si me levassem a elle, diria o que não queria nem tinham ainda ouvido, respondendo até aos epigrammas de sua ultima nota; e esboçando a largos traços uma especie de contra-memorandum, que me parece ter impressionado bastante ao Sr. ministro, terminei por declarar que não estava longe de aceitar qualquer fórmula ou expediente, que, restabelecendo a antiga cordialidade, facilitasse o accordo ulterior.

Conviemos, como eu já havia convindo com o Sr. Visconde do Rio-Branco, que, não obstante haver annuciado confidencialmente qual seria a resposta do governo argentino á nota brasileira, estando pendente essa resposta, devia esperar que ella fosse recebida para proceder-se depois officialmente. Deos guarde a V. Ex. *Bar-tolomé Mitre*.

Nada me cabe dizer sobre a primeira parte da confidencial referente a uma conferencia entre o general e o presidente do conselho.

Eis o que escrevi sobre a segunda parte :

«O Sr. general, vindo á minha caza, disse-me, que havia estado na vespera com o Sr. Visconde do Rio-Branco, e ficára certo de que devíamos esperar pela resposta do Sr. Tejedor para o começo das negociações; tendo sabido pelo mesmo Sr. Visconde, que de sua primeira conferencia comigo haviam sido inteiramente informados S. M. o Imperador e meos collegas. A isto observei que era dever meo fazel-o, e que necessitavamos, sem duvida, esperar a resposta do governo argentino para vermos o que cumpre fazer.

Informou-me, que essa resposta seria, como na primeira conferencia me dissera, que passava a questão a ser tratada por seo plenipotenciario n'esta côrte.

Ponderei ainda, que convinha tambem attenuar a parte que se podia ter por offensiva em a nota de 27 de Abril, e recordei, que, na primeira conferencia, S. Ex. me assegurára que, si a nota não estivesse respondida, elle estava autorizado para declarar que da parte do seo governo não havia a menor intenção de offensa.

Confirmou, que assim faria, mas que agora, depois da resposta, essa attenção devia ser reciproca, pois que tambem o governo imperial déra motivo de queixa ao argentino.

Observei, que a nossa resposta ficou, n'esta parte, muito aquem da nota argentina, e que uma coiza é responder e outra provocar. Redarguo, que podia dizer-se que a provocação era nossa, desde a pouco amigavel circular de 3 de Fevereiro, * onde se dizia, que o Paraguay com razão ligava importancia á questão de limites do lado do Chaco; que depois, esquecendo-nos de que a Republica Argentina começára a auxiliar a guerra contra o Paraguay com 20.000 homens, fizemos reparo em que retirasse parte de suas forças para garantir a ordem interna, quando o fizera ainda a bem da alliança.

* Todos os documentos a que se faz referencia encontram-se nos relatorios do ministerio dos negocios estrangeiros.

Disse-lhe em resposta, que, a meo ver, era em verdade com razão que o Paraguay ligava importancia áquella questão de limites, pois que a occupação da Villa Occidental era para elle uma inquietação permanente ; que, assim se exprimindo, o governo imperial manifestava uma opinião, que podia ser qualificada de um tanto expressiva, mas que de nenhuma forma era offensiva, nem prejudicava em coiza alguma o direito que para essa occupação allega ter a Republica Argentina ; que na propria circular podia ainda menos enxergar-se offensa, quando não se descobre outro meio mais moderado e conciliador para protestar contra a grita de toda a imprensa argentina, que accusava o Brazil de haver violado o tratado de alliança, e o apresentava perante as nações como tendo tido procedimento menos digno. Era preciso pôr as coizas em seus devidos termos, e ao pé da accusação collocar a defeza.

A não pretender-se que o governo imperial devia cruzar os braços em prezença de tão graves accusações, dezejava eu saber que meio mais inconveniente podia empregar do que aquelle de que lançou a mão.

Acrescentei, que, na apreciação da questão de offensa, havia uma circumstancia deciziva a favor do Brazil.

Conhecidas no Imperio e nas Republicas Argentina, do Uruguay e do Paraguay a circular de 3 de Fevereiro e as notas de 21 e 22 de Março, nenhuma voz se levantou na imprensa ou em outra parte accusando-as de offensivas ao governo argentino ; mas que, pelo contrario, assim que foram publicadas as notas do Sr. Tejedor de 27 de Abril, foi a imprensa argentina a primeira que as considerou taes ; no que foi acompanhada pela brazileira e outras.

Ainda com referencia á circular disse o Sr. general que havia que notar que fosse ella presente aos governos das Republicas que, durante a guerra, se mostraram tão contrarias á alliança ; era isso falar do alliado em prezença do adversario. Respondi, que a apreciação era inexacta ; não se fazia exprobação alguma ao alliado ; explicavam-se actos do governo imperial ; fazia-se ouvir a defeza, e esta devia chegar a toda parte onde chegára a

accuzação. Si d'esta havia noticia na Bolivia e no Perú, justo era que lá chegasse a contestação do governo imperial.

Queixou-se ainda o general de que se estivessem tratando separadamente com o Paraguay sem notificação directa ao governo argentino, como alliado; não julgando que o Sr. Barão de Cotegipe devesse limitar-se á declaração, que fizera na ultima conferencia de Assumpção. Notei, que S. Ex. ligava demaziada importancia a uma formalidade, que aliás era escuzada depois de tão solemne declaração, e que em nada alterava a situação.

« Observou mais o Sr. general, que devia terminar a discussão por notas e memoranduns que com memoranduns e notas se respondesse, e que devíamos entrar no caminho das soluções praticas, sendo que, si não as encontrassemos, nem por isso deixariamos de continuar amigos.

Disse-lhe, que, para rezolvermos isto, careciamos ver as respostas de seo governo, que S. Ex. concordou em aguardar.»

Da confidencial de 17 de Julho vê-se, que o general Mitre já se compenetrava do alcance que o governo imperial ligava á resposta argentina, no sentido de attenuar a desagradavel impressão da nota de 27 de Abril; e querendo ver si d'isso desistíamos, esboçou, como S. Ex. diz, uma especie de contra-memoranduns, cuja substancia se conhece pelo que escrevi.

A leitura que acabo de fazer deve ter convencido ao Instituto de que não havia nada que receiar quanto ao descredito que podia trazer-nos o contra-memorandum, si viesse a ser escripto.

Versa sobre assumpto de grande interesse a seguinte: Confidencial. Legação Argentina no Brazil. Rio de Janeiro 27 de Julho de 1872.

A' S. Ex. o Sr. Ministro das relações exteriores da Republica Argentina. Sr. Ministro. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, hoje pela manhan, recebi uma vizita particular do Sr. ministro dos negocios estrangeiros, por motivo de minha enfermidade, quando ainda não havia chegado ás minhas mãos a nota de V. Ex. de 15 do corrente, accusando o recebimento das ultimas d'este governo.

A's 7 horas da noite recebi uma segunda vizita do mesmo Sr. ministro, que, para dar-me uma prova de sua boa vontade e espirito amigavel, segundo me declarou, vinha conferenciar commigo acerca da resposta que acabava de chegar ás suas mãos e patentear-me suas impressões antes de dar-lhe seguimento.

O Sr. ministro dos negocios estrangeiros disse-me então, que a resposta do governo argentino não facilitava a translação da questão para o terreno dos factos, antes a complicava por deixar pendente o que se referia á impressão que cauzára a nota argentina, cujos conceitos eram reiteirados e de certo modo aggravados em todas e em cada uma de suas partes, referindo-se secamente aos direitos da Republica e á alliança, sem uma fraze sequer que correspondesse ao espirito amigavel da nota brasileira e ao sentimento que segundo parece, aconselhára a minha missão especial.

Respondi ao Sr. ministro, que o governo brasileiro no proprio facto de replicar, sem formular nenhuma accuzação ou queixa sobre o tom ou fórma da nota argentina, punha fóra de questão, que ella pudesse ser offensiva; o que lhe constava não haver estado na mente do governo argentino, não tendo mesmo cabimento em uma exposição de factos e discussão de doutrinas em que, sustentando-se o direito proprio, não se offendia nem o decoro, nem o direito alheio.

O Sr. ministro replicou-me, que o governo brasileiro, no interesse das boas relações compromettidas pela excitação publica, havia procurado não formular exigencia alguma que alimentasse a opinião agitada, limitando-se a fazer sentir a impressão que a nota argentina lhe cauzara, facilitando assim ao governo argentino os meios de resolver espontaneamente a questão de fórma, pendente de governo a governo; insistindo em que a simples accuzação de recebimento sem correctivo algum do passado e sem nenhuma palavra relativamente ao futuro que facilitasse entrar desde logo no fundo da questão, collocava o governo brasileiro em uma posição difficil, como já fôra mui difficil sua posição, quando respondeo á nossa nota nos termos em que o fez, tratando de acompanhar a

opinião de seo paiz até onde era prudente, porém evitando exacerbal-a; procedimeto que esperava houvesse sido apreciado e retribuido pelo governo argentino.

Respondi ao Sr. ministro, que a fórmula entre homens intelligentes e de boa vontade, tinha por objecto entenderem-se quanto ao fundo das coizas, e que me parecia que a difficuldade de fórmula que elle assignalava podia levar-nos á verdadeira complicação que receava. Que a nota do governo argentino não era uma resposta, mas uma simples accusação do recebimento e ao mesmo tempo uma nova credencial, que me habilitava para dar a resposta pendente em nome do meo governo. Que o que de menos se encontrava, isto é, uma frase mais ou menos significativa que preenchesse o objecto dezejado, podia eu supprir em uma nota que passasse, mantendo as doutrinas sustentadas pelo governo argentino; sustentando simplesmente, sem entrar em novas discussões, que o tratado conjunto ou simultaneo era de direito, sem por isto prescindir dos factos que com elle pudessem harmonizar-se, formulando em termos genericos uma coiza que me collocasse em terreno mais pratico do que a frase que se achava de menos para nos podermos occupar desde logo do fundo da questão sem maior perda de tempo. Que para isso havia sido acreditado em missão especial e que o que eu dissesse, como o declarou o governo argentino, seria como dito por elle e devia bastar, evitando-se assim novas complicações de fórmula que nos afastavam do fim que todos deviamos dezejar e dezejavamos, tanto mais quanto o governo brasileiro, em sua nota, a unica especie de exigencia que formulou de uma maneira indirecta foi que necessitava saber quaes eram as exigencias do governo argentino, isto é, o que eu estava encarregado de declarar no espirito mais amigavel.

O Sr. ministro disse-me, que, abundando n'esse mesmo espirito, queria facilitar o andamento dos trabalhos da missão especial, deixando liquidada a questão de fórmula de governo a governo, para entrar na do fundo. Que o que eu indicava era entrar já na de fundo. Que a discussão directa de governo a governo fôra iniciada pelo argentino, prescindindo dos meios diplomaticos que tem menos alcance.

Que portanto para encerrar esta discussão, sem mesmo leval-a adiante, dando-a por esgotada de parte a parte, cabia ao governo argentino dizer alguma coiza que restabelecesse de todo a cordialidade, e permittisse que nos occupassemes dos meios de chegar a um acordo perfeito.

Interpellado por mim o Sr. ministro sobre qual seria mais ou menos o teor da frase que entendia faltar, disse-me vagamente, talvez para não dar ás suas palavras character de exigencia, que poderia dizer-se pouco mais ou menos, o que eu teria dito no cazo de que a nossa nota não houvesse sido respondida quando cheguei.

Que o governo argentino, para não falar de nação a nação (*sic*), havia deplorado ou sentia a situação que se creára por effeito das notas, e a impressão manifestada pelo governo do Brazil, não tendo havido da sua parte a intenção de offensa, inimizade ou coiza similhante; emfim alguma coiza que salvasse a difficuldade de fórma que considerava séria, mesmo antes de consultar a seos collegas, e que dezejava pudesse ser regulada amigavel e confidencialmente, sem dar á nota andamento official.

Comprehendendo que no fundo o Sr. ministro tinha alguma razão, e vendo no passo que dava uma prova de sua bôa vontade, insisti comtudo em que aceitasse o que já eu lhe havia proposto, isto é, dirigir-lhe uma nota supprindo o que se encontrava de menos; ao que me respondeo, que em sua opinião isso não rezolvia a difficuldade, entrando em outras considerações que me convenceram de sua boa fé e espirito amigavel.

Por ultimo conviemos particularmente nos seguintes pontos: 1.º manter rezervada a resposta de V. Ex. na suppozição de não ter sido publicada em Buenos-Aires; 2.º dar conhecimento ao meo governo d'esta conferencia confidencial, submettendo á sua decizão o meio indicado pelo Sr. ministro e a modificação proposta por mim; 3.º consultar entretanto seos collegas a respeito da modificação por mim proposta, no intuito de evitar novas complicações de mera fórma; 4.º ficar entretanto a nota na pasta do Sr. ministro como não passada, até que o governo argentino rezolvesse o negocio ou se encontrasse

com mais vagar um meio digno e amigavel de rezolver a difficuldade assignalada pelo Sr. ministro.

Esta não é a formula, mas o rezumo das concluzões a que chegámos.

A' vista do exposto, fico á espera do que V. Ex. me communicar sobre o assumpto, sem prejuizo de insistir em que se adopte o meio por mim proposto ; o qual não vejo que tenha muita probabilidade de ser aceito, salvo si eu disser em nome do meo governo mais que elle proprio diria.

Eis a razão porque me offereci espontaneamente para dar conhecimento a V. Ex. d'esta conferencia, declarando que o meo governo não acharia inconveniente em acrescentar em sua nota algum conceito que preenchesse o fim dezejado, si em tempo houvesse sido prevenido d'isso, e que provavelmente não o teria tambem agora, porém que deixava livre sua acção para optar ou pelo acrescimo á nota do conceito que se encontrava de menos, ou pelo meio que eu havia proposto ; acrescentando que ao mesmo tempo lhe daria minha opinião, sem dizer qual seria. Deos guarde a V. Ex. *Bartolomé Mitre.*

A confissão que se faz n'esta confidencial de que o ministro dos negocios estrangeiros tinha alguma razão para proceder como procedia, é tão honroza para o Brazil como para o illustre plenipotenciario. Acrescentou este, que estava prompto a satisfazer ás minhas observações, considerando a nota de 15 de Julho como nova credencial, e que entendia, que o seo governo não acharia inconveniente em acrescentar á sua nota algum conceito que preenchesse o fim dezejado, si d'isso houvesse sido em tempo prevenido, e que provavelmente tambem ainda agora o não descobriria. Não podia o governo brasileiro aspirar a uma mais expressiva justificação do seo procedimento.

Bastaria esta confidencial ; mas, para nada faltar ao juizo do Instituto, vou dar-lhe tambem conhecimento do que escrevi.

« Disse ao Sr. general, que não reparasse em outra vizita minha no mesmo dia, pois que havia recebido e trazia comigo a resposta do Sr. Tejedor ás ultimas notas. Communicou-me S. Ex., que, logo depois que eu o

deixára, havia também recebido cópia d'essa nota, que era como me declarára, e podia permittir, que começássemos a tratar dos assumptos da sua missão.

Observei, que, pelo contrario, essa nota retardava o desempenho da missão que lhe fôra confiada. Si S. Ex. attendesse a que o Sr. Tejedor referia-se a uma resolução do governo argentino tomada *antes de receber as notas de 20 e 21 de Junho*, e a que em sua resposta não falava sinão na defeza dos direitos da Republica e nos interesses *bem entendidos* da alliança, sem que ella contenha uma só palavra que attenne a desagradavel impressão que nos cauzou a nota de 27 de Abril, a qual em nossa resposta manifestamos, dizendo que essa nota continha certas observações que não podiam parecer offensas intencionaes ao amor proprio e a dignidade do Brazil ; não podia notar a estranheza que a resposta me cauzava, pois que, como ella estava concebida, excitava maior reparo que a nota de 27 de Abril. Respondendo a esta nota, o governo imperial ponderou, que hezitava no modo de consider-a ; e entretanto nenhuma explicação ! Confirmavam-se d'este modo as observações contra as quaes reclamamos, e ficava de pé toda a nota de 27 de Abril.

Assim como estava, a resposta não podia ser considerada satisfatoria ; e pois teria o governo imperial de proceder de conformidade com este juizo, no cazo de já ter sido publicada a referida resposta, si os meos collegas, a quem ia ouvir, tivessem a mesma impressão que eu estava manifestando como apreciação individual.

Informou V. Ex., que a resposta não estava publicada, que elle não a publicaria, nem o governo argentino. Que as folhas de Buenos-Aires deram noticia de que se havia respondido, mas que ninguem sabia em que termos.

Disse, que apreciava esta ir formação, pois que me permittia lembrar-lhe a conveniencia de escrever ao seo governo para substituir por outra a nota que me dirigio, modificando-a como fosse conveniente no sentido das observações, que, segundo minha maneira de encarar o assumpto, eu estava fazendo como demonstração de apreço a S. Ex., representante da Republica Argentina, e do desejo de evitar maiores complicações entre os dois Estados.

Até saber da resolução do seu governo, eu conservaria a nota em reserva.

Agradeço-me S. Ex. a atenção, mas ponderou, que nada havia em a nota brasileira de 20 de Junho que fizesse crer que a resposta do governo argentino deve ter a parte a que eu me referia.

Observei, que esperava que S. Ex. não me notasse como culpa o não haver formulado a questão de modo que não parecesse exigência, deixando desembaraçado o caminho para que o seu governo se saísse bem da dificuldade que elle proprio creára. Que não era facil responder á nota de 27 de Abril, desde que, por um lado, era de imperioza necessidade resalvar a dignidade do Imperio, e por outro, convinha proceder de modo que não se provocasse manifestações, estando o povo tão abalado com o modo desuzado porque entendera o ministro das relações exteriores da Republica dever dirigir-se ao governo imperial em 27 de Abril.

Mostrou-se S. Ex. sensível a este amigavel procedimento, e disse-me, que, partindo no dia seguinte em vapor para o Rio da Prata, ia escrever ao ministro das relações exteriores, dando-lhe conta do que entre nós occorrera, e manifestando o seu juizo sobre o caso ; mas que a nota parecia satisfatoria quando dizia que a questão podia ter a solução em um ajuste amigavel. A isto repliquei, que ahi se tratava da questão em si, de que só nos podiamos occupar depois de terminada satisfatoriamente a discussão de governo a governo.

Julgou dever então S. Ex. sugerir outro alvitre, que em seu entender, tinha a vantagem de ganhar tempo, adiantar trabalho, e evitar talvez complicações.

Era o de considerar-se a resposta do governo argentino como ainda uma nova credencial *ad hoc* para dar elle as explicações dezechadas, que não julgava contrariar á dignidade da republica.

Respondi, que não me julgava autorizado para por mim só resolver sobre sua proposta, mas que, no meu modo de ver, devia S. Ex. fixar suas idéas no meio por mim indicado. pois que, não se podendo imputar ao governo imperial o ter-se travado entre os dois governos uma

discussão directa, e portanto mais grave e solemne, e sim ao governo argentino, que não deo successor ao general Paunero, e que dispensou o concurso da legação imperial em Buenos-Aires, onde aliás temos um representante da maior categoria, devia a missão de S. Ex. começar depois que estivesse convenientemente encerrada a discussão de governo a governo por parte do ministro das relações exteriores da Republica, qualquer que fosse a consideração que merecesse o seo representante n'esta côrte.

Pedio-me S. Ex., que sujeitasse sua proposta á apreciação de meos collegas, para que o governo imperial deliberasse sobre ella.

Respondi, que sem duvida o faria, mas sem prejuizo da communicação que S. Ex. me dissera, ia dirigir a seo governo pelo vapor que estava a partir para o Rio da Prata, pois que a minha opinião era a que lhe acabava de manifestar. Acrescentei, que a inesperada resposta do Sr. Tejedor em vez de facilitar, como aliás devia, a missão de S. Ex., representante tão qualificado da Republica, não podia deixar de embarçal-a; sendo que S. Ex. havia sido recebido antes de vir a resposta do Sr. Tejedor, por se entender que ella confirmaria o pensamento que se julgava haver prezidido á nomeação; o que não aconteceu.

Affirmou-me S. Ex., que ia logo escrever, e eu fiquei de dar de tudo conhecimento a meos collegas. a cuja apreciação sujeitaria a proposta de S. Ex.»

Depois d'estas graves occurrencias era meo dever convidar o plenipotenciario argentino para uma conferencia em que lhe dêsse a opinião do governo brasileiro, pois que até aquelle momento não estava inteirado si não da opinião do ministro dos negocios estrangeiros. Foi o que fiz, convidando-o para a de 31 de Julho, da qual deo S. Ex. conhecimento ao seo governo n'esta

« Confidencial. Legação Argentina no Brazil. Rio de Janeiro 31 de Julho de 1872.

A' S. Ex. o Sr. Ministro das relações exteriores da Republica Argentina.

Sr. ministro. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex., que fui convidado hoje pelo Sr. ministro

dos negocios estrangeiros para uma conferencia, a qual teve lugar ao meio-dia na respectiva secretaria.

S. Ex. disse na ultima conferencia que tivera comigo em minha caza, * só me havia manifestado sua opinião particular, deixando que a reflexão modificasse a primeira impressão, si isto fosse conveniente.

Que posteriormente havia communicado ao governo brasileiro a ultima resposta argentina, e o alvitre por mim proposto, e que julgava um dever amigavel dar-me conhecimento, confidencialmente, do resultado d'esse passo.

Que as mesmas impressões que antes me manifestara se haviam tambem manifestado em conselho de ministros, prevalecendo a opinião que enunciára, pelas mesmas e outras considerações.

Que, sem desconhecer de fôrma alguma a alta representação do ministro argentino, pelo contrario reconhecendo-a e dando-lhe seo verdadeiro valor (pois sem a minha presença aqui este passo confidencial e amigavel não podia ter lugar), o governo brasileiro pensava, que a discussão de governo a governo devia terminar digna e amigavelmente com algumas explicações e palavras cordiaes, vindas directamente do governo argentino. Que depois da impressão que a nota de 27 de Abril cauzou aqui, o governo brasileiro limitou-se a insinuar, que ella continha conceitos que *pareciam ter a intenção de offender*, afim de dar ao governo argentino occasião de dissipar toda duvida a este respeito, com algumas explicações francas e amigaveis. Que a ultima nota do nosso governo só tratava dos direitos da Republica e dos interesses da aliança, sem illudir, nem indirectamente, ao ponto que mantém pendente a questão de fôrma, é que o impedia até hoje de entrar como dezejava, na questão de fundo que estou encarregado de ajustar. Que portanto nossa ultima resposta tão seca e tão limitada, não correspondia á significação que elles davam á minha missão, nem aos sentimentos que acreditavam nutrir o governo argentino;

* O Sr. general rezidia no Hotel de Estrangeiros.

pelo que, como me dissera, a opinião do governo brasileiro era a mesma, que particularmente me manifestára em nossa ultima conferencia.

Agradei sua communicação, dizendo-lhe que em consequencia do que havíamos concordado particularmente em nossa ultima conferencia, tinha escripto confidencial e rezervadamente ao meo governo, inteirando-o de tudo, e resumindo os quatro pontos a respeito dos quaes nos achavamos de acordo (e que lhe repeti textualmente, como os formulei em minha anterior confidencial, ficando elle sciente). Insisti no ultimo ponto que deixa completa liberdade de acção ao meo governo para rezolver sobre o assumpto, ainda quando, acrescentei eu, em minha opinião particular, não haveria inconveniente em acceder ao desejo amigavel do governo do Brazil. N'esta occazião deplorei o tempo que se perdia com este incidente, no que conveyo o Sr. ministro, protestando a maior boa vontade para nos occuparmos quanto antes da questão de fundo.

Por ultimo disse, que me constituia no dever de comunicar confidencialmente ao meo governo o teor d'esta conferencia, como o faço por esta, esperando as novas instrucções que V. Ex. se dignar dar-me a este respeito.

Tenho a honra de saudar o Sr. ministro com a minha mais alta consideração. *Bartolomé Mitre.* »

O general repete a declaração de que, em sua opinião não havia inconveniente em acceder ao desejo amigavel do governo do Brazil.

Sobre esta conferencia escrevi :

« O Sr. general appareceo, a convite meo, na secretaria dos negocios estrangeiros no dia 31, ao meio dia, e explicando o motivo d'esse convite, disse-lhe que devia praticar o acto complementar da attenção que entendera dever ter para com S. Ex. no dia 26, logo depois de receber a resposta do Sr. Tejedor, communicando-lhe que a resolução do governo imperial era a que eu lhe havia manifestado como opinião individual, entendendo-se que o desempenho da missão de S. Ex. devia começar depois de terminada a discussão de governo a governo ; o que só podia ter lugar modificada a

nota do Sr. Tejedor, sobre a qual já oficialmente me teria pronunciado, si não fôra a circumstancia de estar S. Ex. reconhecido em seo character publico, permittindo essa circumstancia ao governo imperial uzar do meio que estava empregando para a solução do importante ponto que nos occupava.

Agradeceo S. Ex. a communicação, dizendo-me que effectivamente escrevera ao seo governo no dia 26, e que sentia não ter trazido o despacho no qual referia a nossa conferencia e o tom amigavel d'ella, em que não se havia tratado de uma exigencia. Que as coizas ficavam pois como n'aquella conferencia; que ia escrever novamente ao seo governo dando-lhe noticia da minha nova communicação; que esperava, que esta questão « de fórma » terminaria satisfatoriamente; e que só lamentava o tempo que ainda se tinha de perder para o andamento dos negocios. Observei-lhe, que não era d'isso culpado. »

Não tendo recebido communicação alguma do plenipotenciario argentino até o dia 25 de Agosto, dirigi-me a S. Ex. pedindo-lhe o favor de uma conferencia, que realizou-se no dia seguinte, ás 2 horas da tarde.

O general deo d'ella conhecimento ao governo argentino na confidencial de 27 do mesmo mez, cujo assumpto é digno de consideração.

« Confidencial. Legação Argentina no Brazil. Rio de Janeiro 27 de Agosto de 1872.

A' S. Ex. o Sr. Ministro das relações exteriores da Republica Dr. D. Carlos Tejedor.

Sr. Ministro. Tenho a honra de levar ao reconhecimento de V. Ex. que, convidado pelo Sr. ministro dos negocios estrangeiros para uma conferencia, teve ella lugar hontem, ás 2 horas da tarde, na respectiva secretaria.

O Sr. ministro disse-me, que havia um mez que tiveramos a primeira conferencia a respeito do incidente da ultima nota do governo argentino, na qual conviemos particularmente em considerar como não recebida aquella nota, e que dezechava saber si podia communicar-lhe alguma coiza sobre o assumpto.

Tendo dito ao Sr. ministro, que, si a pergunta importava em reparo pela demora da resposta, não a aceitava,

apressou-se elle em declarar que de nenhuma maneira era essa a sua intenção, mas sim e unicamente si devia dar andamento á nota suspensa ou esperar mais algum tempo.

Disse-lhe então, que nada tinha a communicar-lhe a tal respeito, e que portanto as coizas deviam ficar no estado em que se achavam até que o governo argentino, com plena liberdade de acção, resolvesse definitivamente o que devia fazer com relação á suscitada questão de fórma, da qual se occupava.

Com isto teria terminado a conferencia, si eu não julgasse conveniente aproveitar a oportunidade para preparar o terreno no sentido de uma negativa do governo argentino a pedido do do Brazil, explicando a opinião que com tal motivo havia antecipado, a fim de ficar habilitado a proceder segundo as ultimas instruções que recebesse ; fazendo sentir de passagem a gravidade das consequencias que podiam provir de insistir o Brazil na questão de fórma.

Disse então ao Sr. ministro o que quazi textualmente vou repetir. Que já que havíamos tocado n'este ponto, julgava dever falar-lhe com toda a franqueza, dando-lhe mais algumas informações e submettendo-lhe algumas considerações sérias, a fim de que meditasse maduramente sobre o assumpto. Que já na conferencia a que elle se havia referido lhe manifestei, que a difficuldade de fórma que surgira podia levar-nos a uma verdadeira complicação, que o governo do Brazil devia recear e querer evitar. Que, como eu previra, o governo argentino encontrava difficuldade em acceder ao desejo do do Brazil, por quanto não achava a pretensão motivada pelos antecedentes, nem considerava necessaria a sua resolução para entrarmos desde já na negociação da questão de fundo. Que o governo argentino entendia, que tal questão de fórma nem fôra insinuada na ultima nota brasileira, nem tinha apparecido nas diversas conferencias que havíamos tido, e que não só carecia de antecedentes como tambem, longe de nascer logicamente da natureza das coizas, achava-se em contradição com a logica, e que insistir n'ella seria fazer o contrario d'aquillo que os reciprocos interesses aconselhavam. Que, por minha parte,

considerando fundadas estas razões, mantinha a opinião que particularmente havia manifestado, sem comprometter a do meo governo, a saber, que, não obstante não ser justificada tal pretensão, não via grande inconveniente em que se accedesse a ella, ainda quando não fosse sinão para tranquillizar uma susceptibilidade tão amigavelmente manifestada, desde que deixava ao governo argentino a espontaneidade do acto pelo que diz respeito á forma e ao alcance que podia ter.

O Sr. ministro, com surpresa minha, aceitou a palavra *susceptibilidade*, bem que hipoteticamente, o que mostrava que a questão de fôrma não era tão grave para elles, e que por detrás d'ella se occultava a disconfiança ou a pouca boa vontade; pelo que julguei conveniente dizer-lhe mais alguma coisa: fiz-lhe ver, que nos achavamos preparados para toda eventualidade, que tínhamos estabelecido o nosso plano e tomado nossa resolução, e que os acontecimentos não nos surpreenderiam em caso algum.

Continuando, disse ao Sr. ministro, que a questão de fôrma, tal como se apresentava, parecia mostrar da parte do Brazil falta de boa vontade em occupar-se da questão de fundo, que era a unica séria e que a todos interessava resolver promptamente em honra e proveito de ambos os paizes; que si o Brazil tinha n'esta solução verdadeiro interesse e puzesse de sua parte um pouco de boa vontade, a questão de fôrma não podia ser nunca um obstaculo para chegarmos a um perfeito acordo, tanto mais quanto nas idéas geraes, que havíamos trocado sobre o assumpto, parecíamos estar de acordo.

Que portanto, si a negociação se demorasse ou se interrompesse por insistir o governo do Brazil em uma simples questão da fôrma, que não era de character grave, appareceria elle como procurando um pretesto, ainda quando tal não fosse sua intenção, para protelar a solução de importantes negocios da alliança, que hoje se acham pendentos. Que sem querer admittir similhante intenção, acreditava eu, que o governo do Brazil não havia considerado a questão sob o ponto de vista de sua responsabilidade moral e de sua conveniencia. Que por honra e

dever seo devia facilitar a solução das questões, que tinham originado os tratados negociados em separado por elle em Assumpção; o que além de ser de honra e dever, tambem era de conveniencia, porque, si não aproveitasse esta ultima oportunidade para assim o fazer, expunha sua politica ás incertezas do futuro sem eximir-se das complicações das questões de fundo, que necessariamente teriam de renovar-se no terreno do direito internacional.

Que pelo que nos dizia respeito, dezejando a paz, a boa amizade e a manutenção da alliança, estavamos rezolvidos a guardar estes bens e a fazer todo o possivel para fecundal-os, e que n'este propozito esperavamos liquidar as nossas questões pendentes com todos os nossos limitrofes, esperando que as que tinhamos com o Brazil não ficassem entregues ao acazo.

Que com o nosso vizinho e alliado, o Estado Oriental, mantinhamos as mais cordiaes relações, e que longe de termos questão alguma pendente com elle, haviamos sido bastante felizes para ajudal-o a consolidar sua paz interna, entrando de novo na vida constitucional.

Que com o Chile estavamos tratando nossas questões de limites, que se rezolveriam promptamente ou se adiariam, segundo se julgasse opportuno, sem que em cazo algum se interrompesse a boa amizade entre ambos os paizes ligados no passado por sacrificios communs, e no prezente pelas simpathias de origem e pelos interesses materiaes, de que o telegrafo transandino era prova palpavel.

Que a Bolivia nos enviara um ministro diplomatico para tratar amigavelmente em Buenos-Aires de nossas questões de limites, as quaes nada tinham que ver com as estipulações da alliança, e que o Sr. Reyes Cardona aceitára esta missão no espirito mais amigavel, conhecendo as favoraveis disposições do povo e do governo argentino para com a Bolivia, as quaes se encontravam em um discurso sobre limites que pronunciei no senado, constando-me que minhas palavras influiram no animo do ministro boliviano, que actualmente devia estar compenetrado da boa fé e boa vontade do governo argentino.

Que em relação ao Paraguay, fieis aos nossos compromissos e ao modo porque havíamos entendido e cumprido o tratado de alliança tanto na guerra como na paz, não tínhamos querido imitar o exemplo do Brazil, indo procurar em Assumpção uma solução antes de nos entendermos com os nossos alliados, e que, só no cazo de que isso não fosse possível, iríamos tratar com o Paraguay; o que poderíamos fazer talvez com mais vantagem e generosidade do que fizera o Brazil; ficando assim em paz e amizade com todos os nossos vizinhos, ainda quando o Brazil não se entendesse comnosco e nos negasse o auxilio e garantia, que nos devia em virtude do tratado de alliança, pelo facto de não occupar-se da questão de fundo por uma mera questão de fórma, que, como tinha dito, carecia até de antecedentes, não nascia logicamente da natureza do assumpto, e até carecia de caracteres graves que pudessem obstar á solução de tão serios negocios em que o presente e o futuro de varias nações se achavam compromettidos.

Que suppondo sempre possível o cazo de não julgar o meo governo dever acceder ao dezejo manifestado pelo do Brazil na questão de fórma suscitada, não obstante a minha opinião de que não haveria inconveniente em satisfazel-o, ainda quando fosse comomera susceptibilidade, devíamos ver desde já até ondepoderia levar-nos tal questão.

Que si isso succedesse e o governo do Brazil insistisse na questão de fórma como condição *sine qua non* para occupar-se da questão de fundo, ver-me-ia então forçado a levar para o terreno official a questão de fórma, fazendo constar quanto se passára confidencialmente desde a minha chegada ao Rio de Janeiro, e que, si o governo do Brazil continuasse a insistir, eu me veria no cazo de dar por terminada a minha missão, e retirando em paz, ficaríamos em liberdade para proceder segundo nos conviesse, ficando o tratado de alliança roto de facto quanto aos deveres do Brazil para comnosco, e este com a responsabilidade perante o mundo, de parecer não ter querido entender-se com o meo governo.

Que provavelmente trataríamos então com o Paraguay, fieis sempre aos compromissos do tratado de

alliança e aos protocollos de Buenos-Aires, e que, ainda quando não ajustassemos desde logo as questões de fundo, que hoje estavam pendentes com o Brazil, haviam de apparecer no terreno do direito internacional, pois que, como nação soberana, como limitrofes do Paraguay e do Brazil, como signatarios do tratado de alliança e dos protocollos que o commentam e completam, não podiamos prescindir d'ellas em prezença da imperioza necessidade e da mutua conveniencia, e que então a questão de fôrma, que hoje se suscita, não seria obstaculo para tratar-se d'ellas, posto que isto teria lugar em tal eventualidade sem as reciprocas vantagens, sem a tranquillidade e os grandes rezultados que hoje alcançaria uma intelligencia cordial, previdente no sentido da politica internacional, e benevola no sentido da boa amizade entre estes paizes.

O Sr. ministro Correia, vizivelmente impressionado, disse, que me ouvira com a profunda attenção que a importancia do assumpto merecia; porém sua resposta pouco precisa e sem encadeiamento logico provou-me, que vacillava um tanto na rezolução de levar a questão de fôrma até suas ultimas consequencias.

Disse-me em resposta o Sr. Correia, que essa questão de fôrma fôra iniciada desde as primeiras conferencias e que, si não foi então formulada, era porque só o podia ser á vista do teor da resposta do governo argentino, que aguardavamos.

Que, em prezença da ultima resposta argentina (que estava suspensa) a questão de fôrma tinha surgido e havia sido formulada.

Interrompi ao Sr. ministro para observar-lhe, que, posto dissessemos a cada momento « questão de fôrma », ella na realidade nem tinha propriamente surgido, nem havia sido formulada de nenhuma maneira, mesmo confidencialmente, existindo simplesmente um dezejo manifestado por modo amigavel pelo governo do Brazil, o qual nós outros podiamos fazer constar ou não, desde que, tendo-se salvado a liberdade de acção e a espontaneidade do meo governo, ficava a fôrma e o alcance a seo arbitrio, no que conveyo o Sr. ministro dizendo que com effeito não fôra formulada; o que simplificava mais o incidente.

O Sr. ministro continuou insistindo sobre varios topicos que formavam o assumpto de nossas anteriores conferencias sem abrir horizonte novo, e sem figurar rezolutamente o cazo de interrupção das negociações por cauza da insistencia na questão de fórma, limitando-se a dizer-me em concluzão, collocando-se hipotetica mente em tal extremidade, que, si tal succedesse, a responsabilidade não seria do Brazil, e que o mundo faria justiça em todo cazo á sua lealdade e bom procedimento.

Repliquei ao Sr. ministro, que não se equivocasse, que o Brazil assumiria a responsabilidade moral perante o mundo; porque, sem pôr em duvida a lealdade de suas intenções, todos acreditariam ver um pretesto, no que elle via uma razão para não rezolver questões de interesse vital para todos, muito mais desde que, tratando-se de uma nota em que se faz referencia ao que eu pudesse dizer, se impossibilitasse por este modo todo acordo, quando ainda não falei; o que provaria, que de nossa parte estivera a boa vontade e o sincero dezejo de entendermos, esgotando todos os meios para o conseguir.

Que este parallelo seria ainda mais notavel considerando-se que a questão de fórma, que se fez nascer de uma nota que nada diz, e pelo que ella deixa de dizer, se acha em contrapozição a um facto grave qual o ajuste dos tratados de Assumpção pelo Brazil separadamente, sem participação dos alliados e com damno directo d'elles; contendo demais estipulações contrarias aos protocollos de Buenos-Aires, taes como a occupação indefinida do Paraguay por forças brasileiras, sendo esta uma das questões a que antes me referira, e que teriamos de tratar depois no terreno do direito internacional: o que tudo poria mais em evidencia a respectiva pozição. Que não só sob este aspecto havia considerado a questão, como debaixo do duplo ponto de vista do dever e da conveniencia do Brazil. Que o dever nascia dos compromissos internacionaes. Que a conveniencia era commun, porém que não interessava menos ao Brazil do que a nós o aproveitar esta ultima oportunidade que se apresentava para regularizar nossa situação internacional, pois do contrario, sentindo muito que pudessemos ajustar as nossas questões

com todos os vizinhos, excepto o Brazil, lhe repetia, que retirar-me-ia levando e deixando a paz, ficando porém ao Brazil a responsabilidade da falta de um acordo, que a previzão politica e os mutuos interesses aconselham.

Como verá V. Ex., tudo isto foi dito na previzão de que o governo argentino insista em sua anterior resolução (a que todavia não dei seguimento) de não acceder ao desejo manifestado pelo do Brazil de dirigir a nota de que se trata no sentido indicado.

Si assim fôr, estou habilitado desde já para resolver este incidente com mais vantagem, podendo fazer pressão moral antes de chegar a extremidade. Si V. Ex., tendo em conta as considerações expostas em minha anterior confidencial, se prestar a fazer o aditamento á nota, fica seo alcance limitado a uma mera susceptibilidade amigavelmente manifestada, que se satisfez espontaneamente, desde que não depende de previo acordo, nem eu aceitarei mais discussão sobre os seos termos. Em todo cazo, servirá tudo isto para fazel-os comprehender que conhecemos bem a situação, que sabemos o que queremos e para onde vamos, e que podemos ajustar nossas questões exteriores e salvar nossa paz com o Brazil, como desejamos, e sem o Brazil, deixando-lhe a responsabilidade.

Deos guarde a V. Ex. *Bartolomé Mitre.* »

O meo pensamento, referido n'esta confidencial, será mais claramente conhecido pelo que escrevi.

Quanto a julgar o illustre plenipotenciario argentino, que era de pouca importancia a questão de fôrma, não ha n'isso que a admirar ; mas o Instituto comprehende, que assim não era para o Brazil.

Não duvido, que me tivesse mostrado impressionado com as palavras do Sr. general ; mas, convém notar, na propria confidencial lê-se, que eu respondera, que a questão de fôrma havia sido iniciada desde as primeiras conferencias.

Passo a dar conhecimento ao Instituto do que foi por mim escripto.

« Disse ao Sr. general, que, completando-se então um mez depois que eu recebera a nota do Sr. Tejedor de 15 de Julho, e que expuzera a S. Ex. os motivos pelos quaes

essa nota nos havia desagradavelmente impressionado, ficando S. Ex. de escrever no dia seguinte ao seo governo no sentido de se lhe fazer a modificação, que me parecia necessaria, não devia cauzar reparo a S. Ex. o dezejar eu saber, depois d'esse prazo, qual a resolução do seo governo.

Respondeo, que, sem embargo de não ter ainda decorrido tempo para cauzar reparo, pois que a resposta do governo imperial á nota argentina foi dada com intervallo de 60 dias, dir-me-ia, que a questão conservava-se pendente como no primeiro dia, não podendo elle ainda transmittir-me a final deliberação do seo governo.

Observei, que a primeira reflexão de S. Ex. envolvia uma confusão, que eu me apressava e desfazer: não se tratava da resposta do governo argentino ao do Brazil. Si assim fosse, eu não notaria a demora, não só porque, como já o governo brasileiro o dissera em nota, não ha prazos fataes para a correspondencia entre governos, como porque reconhecia a necessidade de bem pezar a gravidade da materia e a de attender a outros assumptos que diariamente apparecem á consideração do governo.

Tratava-se de resolver acerca de uma questão que a a nota de 15 de Julho fez surgir, de um ponto determinado; o que é muito differente, sobretudo attendendo-se a que essa nota ficou em minhas mãos pela circumstancia de estar S. Ex. aqui, e poder-se ainda empregar-se o meio conciliatorio que heviámos empregado. Como porém S. Ex. me declarara, que ainda não estava habilitado para dizer-me a final decizão do seo governo, e que devíamos considerar pendente a questão, esperaríamos ainda, pois que não queremos a precipitação, tanto que só depois de um mez de silencio eu o havia convidado para a presente conferencia, tendo-me aliás dito S. Ex. que no dia 27 de Julho escreveria ao seo governo, e que no principio d'este mez poderia estar aqui a resposta.

A resposta veio com effeito, disse-me S. Ex., e já que a occazião se offerecia acrescentaria mais algumas palavras para as quaes chamava minha especial attenção, si bem que não fossem propriamente da conferencia.

O tempo tem sido despendido em correspondencia entre S. Ex. e o seo governo, que encontra difficuldades no cazo, como S. Ex. me havia logo prevenido que podia acontecer. Considerando que a questão de fôrma não fôra enunciada, nem se deduzia logicamente da natureza das coizas, e agora apparecia com a força de obstar a discussão da questão de fundo, podia ver-se no embaraço creado um pretexto para não tratar d'esta ultima, ficando ao governo brasileiro a responsabilidade moral perante o mundo de deixar indecizas as questões, inutilizando os esforços empregados em sentido contrario pelo governo argentino, e obrigando-o a tratar seos negocios com o Paraguay, a Bolivia e o Chile.

Com este, ou os arranjariam amigavelmente, ou os adiariam, deixando que os interesses materiaes liguem mais e mais os dois Estados. Com a Bolivia tratariam com o seo representante, que está em Buenos-Aires, homem distinto, animado dos melhores dezejões, e que já lhe havia escripto dizendo que o discurso moderado de S. Ex. no senado argentino lhe dêra esperança de satisfatorio acôrdo. Com o Paraguay entender-se-iam com o Sr. Loizaga. Mas que não o dezejavam fazer sem primeiramente tratar com o Brazil, o qual, quanto mais poderoso se reputava, tanto mais devia não promover difficuldades. Só depois de perdida a esperança de entender-se com o Imperio trataria o governo argentino pela fôrma indicada. N'esse cazo S. Ex. tinha de dar por finda a sua missão, trazendo então a publico tudo que tem occorrido em nossas conferencias, ficando a alliança rota de facto, e as relações dos dois governos no pé que dahi rezultaria, embora não com prejuizo da paz.

Disse-lhe, que o havia escutado com a maior attenção, como devia, e que, no cazo figurado por S. Ex., cabia averiguar a qual dos governos tocava a responsabilidade dos factos assignalados. Começava eu por notar, que o governo argentino apegava-se á circumstancia de não ter sido formulada a questão de fôrma em a nota de 20 de Junho, mas que sobre isto já havia eu observado, que não esperava que se nos fizesse culpa de termos deixado livre o caminho para o governo argentino sair-se bem da difficuldade, que

creára com a nota de 27 de Abril. Não apresentamos positivamente a questão de fórma, mas ponderando que em a nota de 27 de Abril havia observações que podiam parecer offensas intencionaes ao amor proprio e á dignidade do Brazil, deixamos ver claramente, que não eramos insensíveis ao que se lia n'essa nota, que no Brazil, na propria Republica Argentina, e nos paizes estrangeiros se considerava offensivo, e ficou patente, que o governo argentino devia dissipar essa impressão, si não fôra seo intento o que se lhe podia attribuir.

Inclinando-se ao sentimento manifestado pelo presidente da Republica em sua mensagem e ao que parecera dictar a missão confiada a S. Ex., o governo imperial não fechou o caminho para solução satisfatoria. Mas á vista da difficuldade em modificar a nota de 15 de Julho, concebida em termos que punham inteiramente de lado as nossas respostas de Junho, modificação que a S. Ex. parecia que se podia fazer, e ainda n'esse sentido entretinha correspondencia com o seo governo; á vista d'essa difficuldade, com que não deviamos contar, eu era forçado a crer que a impressão que recebera ao ler a dita nota, e logo communicara a S. Ex., impressão compartilhada por meos collegas assim que d'ella tiveram conhecimento, não era precipitada nem a expressão de uma susceptibilidade, que, ainda quando como tal considerada, não julgava devesse ser desattendida.

Pelo contrario, a reluctancia em acceder á modificação esperada, e que me determinára a conservar em meo poder, do modo por que estava, a nota de 10 de Julho, vinha revelar com quanto fundamento ligavamos importancia á questão de fórma, justamente a que motivava a paralização da questão de fundo.

A' observação de S. Ex. de que o procedimento do governo brasileiro podia ser visto no mundo como um pretexto para adiar as questões de fundo, eu respondia, que ella ficava sem força desde que se considerava, que esse procedimento não provinha de um juizo prévio, de uma resolução preestabelecida do mesmo governo. Foi uma consequencia logica, imperioza, da nota de 15 de Julho. Não podendo o governo brasileiro saber em que termos,

de que modo, contestaria o governo argentino as notas de 20 e 21 de Junho, como de antemão estabeleceria sobre essa resposta um juízo, ou assentaria uma resolução? Foi a nota de 15 de Julho que trouxe a difficuldade, fortalecida pela hesitação em não removel-a; não foi o governo brasileiro que a creou. Reconheceo-a, sim, e assignalou-a; e os factos posteriores o vão ainda mais justificando. A responsabilidade das consequencias tem de pezar, no juízo do mundo, sobre quem praticou o acto: sobre o governo argentino, e não sobre o brasileiro.

Quanto a tratar a Republica Argentina com a Bolivia e com o Chile, nada tinha que observar.

Quanto á missão do Sr. Loizaga, não podia deixar de notar, que achava difficuldade em conciliar-a com a de S. Ex. Sendo identico o assumpto, uma devia parar emquanto a outra trabalhasse.

O governo da Republica Argentina pôde tratar com o do Paraguay, como fez o do Brazil. E quanto a fazel-o só depois de não poder entender-se com o Brazil, questão é esta que se prende á principal, e a circumstancia de tratar posteriormente permite sempre allegar, que se o faz forçadamente; mas em substancia o direito de que uzará a Republica Argentina é o de que uzou o Brazil.

Mas concluindo e precisando as idéas, eu ficava certo de que não devia considerar ainda como recebida a nota de 15 de Julho para o ulterior procedimento do governo imperial, e devia esperar mais um pouco a noticia da decizão do governo argentino. Em quinze dias, disse-me S. Ex., transmittirei essa decizão. »

Os obstaculos do governo argentino, a que fazia referencia o general Mitre, estão expostos na confidencial do ministro das relações exteriores, dirigida ao mesmo general em 10 de Agosto, a qual é assim concebida :

« Confidencial. Ministerio das relações exteriores. Buenos-Aires 10 de Agosto de 1872. A' S. Ex. o Sr. General D. Bartolomé Mitre.

Sr. ministro. No dia 9 do corrente recebi as duas communicações confidenciaes de V. Ex. datadas de 26 e 31 de Julho.

Depois de varios officios de V. Ex. annunciando o resultado satisfatorio de suas conferencias particulares com o presidente do conselho e com o ministro dos negocios estrangeiros, o governo argentino não esperava pela questão de fôrma, que obriga V. Ex. a pedir instrucções.

Recorrendo aos antecedentes não se encontra pendente essa questão de fôrma de governo a governo, a qual, segundo o ultimo officio de 26, alludio o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio. Ella não se acha formulada, nem sequer indicada em as notas brasileiras de que se accusou o recebimento. Não o foi tão pouco, pelo menos de modo sério, em nenhuma das conferencias de que V. Ex. deo-me conhecimento.

Em officio confidencial de 17 de Julho V. Ex. referio-se a ella, como uma das difficuldades apresentadas pelo presidente do conselho. Porém simplesmente com o character « de confidencias e queixas que deviam ficar entre ambos » e tendo V. Ex. respondido « que a prolongação da discussão por notas era o que se havia procurado evitar com a missão especial », não disse, que o presidente do conselho houvesse insistido.

No mesmo officio refere V. Ex. outra conferencia que teve com o ministro dos negocios estrangeiros, declarando que percebera então, que a primeira difficuldade assignalada pelo presidente do conselho « tinha por fim obter que em nossa resposta se dêsse uma especie de satisfação ao incidente da nota. » V. Ex. repellio energicamente similhante pretensão, dizendo ao ministro « que isso era procurar *midi à quatre heures*, tornando ao terreno das difficuldades de que felizmente iamos saindo, e que si fosse levado a elle diria o que não queria, nem tinham ainda ouvido », sem acrescentar que o ministro insistisse em sua pretensão; longe d'isso, na primeira conferencia do dia 9, antes da recepção official, o mesmo Sr. ministro perguntou a V. Ex., si estava autorizado para responder á nota ou fazer alguma proposta, dizendo V. Ex. em resposta que a sua opinião era « que a ultima nota seria provavelmente a sua, pois que a resposta do governo argentino seria referir-se ao que V. Ex. fizesse ou dissesse. V. Ex. acrescentou: « que felizmente a questão das notas e das

pretendidas offensas ou satisfações reciprocas a que podiam dar lugar já estava terminada, sendo-lhe todavia agradavel poder dizer, que em suas instruções se previa o cazo de enxergar o Brazil alguma offensa em nossa ultima nota », sem que estas palavras suscitassem tambem a questão de fórma, nem impedissem a recepção em seo caracter diplomatico, que V. Ex. annunciou ao terminar a conferencia.

A questão pois de fórma apresentada como apparece nos ultimos officios de V. Ex. devia surpreender ao governo argentino, que não pôde aceitar a solução que n'elles se indica, por mais que dezeje abundar em sentimentos amigaveis. Essa solução estaria em contradição com as instruções dadas a V. Ex., que dizem categoricamente : « si com o mesmo fim de obter ou facilitar o resultado da negociação fôr necessario dar por não passadas as ultimas notas, fica igualmente autorizado o Sr. ministro para fazel-o, comtanto que a declaração compreenda as notas brasileiras a que ellas respondem, e que o acto importe sómente a mutua resolução de afastal-as com espirito amigavel, para facilitar a negociação, tendo prezente que a primeira publicação d'estes documentos foi iniciada pelo governo brasileiro ».

Essa solução estaria além d'isso em contradição não só com os antecedentes d'esse negocio, como acaba de ver-se, mas tambem com o proprio pedido de V. Ex. constante do seo officio de 7 de Julho, e respostas dadas por este ministerio em 15, 19 e 25 de Julho. No dia 15 disse-se a V. Ex., que se havia concordado na resposta conforme o dezejava V. Ex., limitando-a a uma accusação de recebimento.

Na de 19 o abaixo assignado disse textualmente : que, estando todas as palavras de V. Ex. conformes com a letra e espirito de suas instruções, obtiveram a completa approvação do governo argentino, entendendo-se sempre que qualquer satisfação ou declaração, tendente a dar por não trocadas as notas passadas, deveria ser reciproca.

Na de 25 o abaixo assignado exprimio-se assim : « O governo vio com satisfação a attitude assumida por V. Ex. n'essas conferencias. Não admittindo o governo

argentino que em sua nota de 27 de Abril houvesse offendido o governo brasileiro com a franca defeza dos direitos da alliança, qualquer satisfação sómente da sua parte seria inaceitavel. Tal é o testo expresso das instruções, e tal foi tambem sempre o terreno em que nos collocamos nas diversas conversações que tivemos antes da partida de V. Ex. Além d'isso já disse ter chegado ás mãos de V. Ex. a resposta ás ultimas notas brasileiras, de acordo em tudo com este propozito, e com o de deixar a sua legação a mais ampla liberdade no debate.

Passando agora d'estes antecedentes ao fundo da questão, a pretensão do ministro brasileiro não parece mais fundada. A solução que V. Ex. offereceo é a unica que conciliaria a dignidade dos dois governos e dos respectivos povos, porque ella permittira, na resposta que se dêsse, corresponder aos sentimentos amigaveis que V. Ex. manifestasse em nome do governo argentino, precedendo acôrdo acerca dos termos de uma e outra nota; emquanto que o aditamento, que o ministro brasileiro indicou se fizesse á accusação do recebimento, ficaria sem resposta, e portanto como satisfação excluziva do governo argentino, que certamente não se recusaria a isso, si se considerasse culpado, mas que repelle decididamente, porque julga, como V. Ex., que as recriminações iniciadas pelo governo brasileiro, foram reciprocas. Si a nota argentina mencionou Ituzaingo, a nota brasileira recorda Cazeros. Si a nota argentina poz em duvida os direitos territoriaes do Brazil, a nota brasileira declarou razoavel a recusa do Paraguay em reconhecer os limites argentinos fixados no tratado do 1º de Maio. E si todavia alguma differença se pudesse achar nas palavras, quanto maior não se encontraria nos factos praticados pelo Brazil! Não foi uma offensa tratar separadamente? Não o foi tambem prescindir das estipulações de Buenos-Aires para continuar a occupação militar? Não existe ella na recusa de entregar a ilha do Atajo?

Acreditando sempre que o meio proposto por V. Ex. é aceitavel e deve ser aceito, o governo argentino não oppõe difficuldade a que V. Ex. dissipe, pela fórma que lhe pareça mais conveniente, a duvida acerca de

conceitos a que allude a nota brasileira, que, segundo ella, pareciam conter intenção offensiva, sobre a baze porém do alludido prévio accordo. O governo argentino nutre sincero dezejo de manter boas relações com o Imperio, continuando na paz a obra que juntos empreenderam durante a guerra do Paraguay.

Poderá tambem V. Ex., si fôr necessario, lêr ao ministro dos negocios estrangeiros do Imperio os trexos d'este despacho que julgar conveniente. Deos guarde a V. Ex. *C. Tejedor.* »

Dispenso-me de fazer aqui considerações, que seriam cabiveis para deixar ao general Mitre o attestar, em sua resposta ao ministro da Republica, que a politica brasileira estava longe de chocar o milindre de seo patriotismo ; o que bem mostra a justiça com que por parte do Brazil se defendia.

Quando, n'essa resposta, o general trata do movel de nossas acções equivocou-se, digo-o para adoçar a palavra, chegando a falar em má fé, expressões que não deviam escapar á sua penna cortez, hypothese que não lhe era licito formular ainda dirigindo-se ao seo governo !

O governo brasileiro queria sincera e rezolutamente, que não pairasse na opinião d'este e de outros paizes a duvida sobre si haviamos sido intencionalmente offendidos. Logo que esta duvida se dissipou, entramos com a mesma boa fé na solução das questões de fundo, como os factos se encarregam de demonstrar.

Tal é a resposta do general Mitre :

« Confidencial. Legação Argentina no Brazil. Rio de Janeiro 19 de Agosto de 1872. Sr. ministro. Tive hontem a honra de receber a confidencial de V. Ex. datada de 10 do corrente, em resposta ás minhas de 26 e 31 de Julho, relativas á questão de fôrma que obstava a que se entrasse na negociação das questões de fundo, que motivaram a minha missão especial junto d'este governo.

Antes de proceder no sentido em que me indica a referida confidencial de V. Ex., devo submetter-lhe algumas considerações sobre o assumpto, e pedir a V. Ex.

novas e precisas instruções para o caso provavel, e não previsto na alludida confidencial, da ruptura de toda negociação antes de ser iniciada ; eventualidade que não deve encontrar a missão argentina sem uma resolução fixa, que, em todo caso, possa impedir este infausto successo.

Conseguentemente julguei conveniente não alterar o estado actual de coizas, mantendo-me em silencio para com este governo enquanto chega a nova resposta de V. Ex., que cálculo não poderá demorar-se quinze dias contados d'esta data, podendo entretanto fazer uma viagem a Petropolis, a qual me é aconselhada pelo meo medico em attenção ao estado de minha saude. Procedendo assim obro no sentido das minhas instruções, que me autorizam a escolher melhor oportunidade das negociações, e tambem a não inicial-as, si assim o julgasse prudente. Considerando por outra parte, que sómente por quinze dias deixaria de entabolar a questão de fórma, da qual devia occupar-me agora, e que no fim d'elles poderia encontrar-me em prezença de uma situação que exigissem as novas e precisas instruções, que por esta peço, e me são tão indispensaveis para fazer pressão, como para sobre o que devo fazer, espero, que a minha conducta n'esta circumstancia merecerá a approvação do supremo governo.

Passando a occupar-me da nota confidencial de V. Ex. de 10 de Agosto, a que respondo, permittir-me-á manifestar-lhe que a questão de fórma a que allude, com quanto o tenha sorprendido, suppondo uma boa disposição que na realidade não existia sinão até certo ponto, não devia achar a V. Ex. inteiramente desprevenido, á vista dos antecedentes geraes da situação e dos antecedentes particulares que communiquei a V. Ex. nos meos officios anteriores.

Desde a primeira conferencia com o ministro dos negocios estrangeiros do Imperio no dia 9 de Julho (cinco dias antes da minha recepção), esta questão se dezenhou porém de fórma tão vaga que não dando-lhe maior importancia, não a consignei na minha confidencial d'essa data, esperando estar de posse de melhores dados para

fazel-o. Na primeira conferencia que tive com o Sr. Paranhos, presidente do conselho de ministros, no dia 12 de Julho (vespera da minha recepção e da qual dei conta na minha confidencial de 15) já esta questão appareceo formulada, não como uma queixa, mas como difficuldade que era conveniente remover.

Na conferencia particular que tive com o Sr. ministro dos negocios estrangeiros a 14 de Julho, dia subsequente ao da minha recepção, tive occasião de convencer-me, como manifestei na sobredita confidencial de 15 de Julho, que o objecto da difficuldade apontada pelo Sr. Paranhos, era procurar uma especie de satisfação indirecta a respeito do incidente da nota, e si a rebati vigorosamente, como V. Ex. se ha de lembrar, foi porque comprehendí perfeitamente, que era necessario afastal-a como um obstaculo para a negociação de que eu estava encarregado.

Como estas eram meras conferencias de exploração, a discussão não se fixava sobre pontos determinados, guardando cada um a sua opinião, sem compromettel-a alem do que era estrictamente necessario, ficando sómente definido um ponto: que era esperar a resposta que dêsse o governo argentino á ultima nota do Brasil antes de abrir a negociação sobre a questão pendente, cabendo aqui acrescentar, o que antes não disse por não ser de importancia, que em todas estas conferencias os ministros brasileiros implicitamente se rezervaram o direito de proceder conforme o teor da resposta do nosso governo; o que (escuzo dizer) devia esperar-se da prudencia com que aqui se dirigem estes negocios.

A nota, contendo a resposta de V. Ex. de Julho, chegou aqui apenas no dia 26, com a circumstancia de ser endereçada directamente ao governo brasileiro, * enviando-me V. Ex. copia d'ella; por isso não pude explorar previamente o effeito que ella produzio, nem procurar remover confidencialmente qualquer difficuldade a que pudesse dar lugar. O que porém é certo é que, em presença

* Nunca quiz fazer referencia a este facto para não azedar as relações entre o Sr. Mitre e o Sr. Tejedor.

d'aquella nota, formulou-se claramente a questão de fórma, primeiramente confidencial e amigavelmente por parte do ministro dos negocios estrangeiros na segunda vizita que me fez no dia 26, e por ultimo na conferencia para que fui convidado no dia 31 de Julho, da qual confidencialmente dei conta no meo officio da mesma data, em que submetti ao conhecimento do superior governo o que particularmente haviamos convencionado, e pedi a esse respeito novas instruções por não estar o cazo previsto nas que me servem de guia; e sobretudo porque d'este passo dependia serem ou não iniciadas as negociações.

Na resposta confidencial, que, com data de 10 de Agosto, V. Ex. deo aos meos officios confidenciaes de 26 e 31 de Julho, disse-me, que o governo argentino não podia aceitar a questão sobre a forma apresentada pelo Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio, isto é, como questão de mera fórma para terminar o debate de governo a governo, antes de tratar-se do objecto de minha missão, nem aceitar por consequencia o meio amigavel, confidencialmente proposto por elle, que consistia em acrescentar-se á declaração do recebimento das notas algumas palavras, que, importando um acto espontaneo, restabelecesse a cordialidade das relações alteradas pelo incidente das notas trocadas; admittindo todavia o alvitre proposto por mim, e não aceito por este governo, « de dissipar as duvidas relativas a conceitos, a que allude a ultima nota brasileira, os quaes pareciam, no entender da mesma nota, envolver intenção offensiva, sobre a baze do accordo prévio relativamente aos termos das notas que com tal motivo se trocassem, » o que equivalia a que esta legação fizesse, em nome do governo argentino, ainda mais do que aquillo que o governo brasileiro solicitava do nosso, que era a adição de uma simples frase de cortezia e de bôa amizade.

Quando propuz esse meio foi para economizar o tempo, que eu deplorava se perdesse tão esterilmente; porém não havendo sido aceito na primeira conferencia particular, e tendo sido indirectamente repellido de uma maneira quazi official na segunda que sobre este assumpto tive com o ministro dos negocios estrangeiros, não pôde occultar-se a V. Ex., que é provavel seja formalmente repellida, si eu

a propuzer, e que então mallograda a prévia negociação sobre a questão de fôrma, que ficará pendente, terei necessariamente de provocar a discussão sobre a questão de fundo, sendo possível que cheguemos a um rompimento antes ainda de iniciar negociação alguma, si persistirem aqui nos seos propozitos explicitamente declarados.

Si o governo argentino se tivesse servido acrescentar á nota as palavras que julgasse convenientes, ainda quando ellas não satisfizessem totalmente as aspirações d'este governo, minha pozição prezentemente seria mais vantajosa para fazel-a aceitar na fôrma em que viesse, porquanto, limitando-me a entregal-a sem prévia consulta, daria por satisfeitos os seos dezejões, e desde logo pediria uma conferencia formal para começar a tratar dos objectos da minha missão, fazendo isso por meio de uma nota official em que recapitulasse brevemente tudo quanto se tem passado confidencialmente (fazendo menção do ultimo incidente sobre a questão de fôrma, si julgasse conveniente), e então ou chegaríamos immediatamente a occupar-nos da questão de fundo, ou, si o governo brasileiro se negasse a isso, ficaria manifesta a sua má vontade, evidenciando-se que a negociação não ia adiante por culpa do mesmo governo.

No estado porém em que se acham as coizas, bem compreenderá V. Ex. que a minha missão, difficil em si, e tambem pela falsa pozição que eu assumiria sobre assumpto em que comprometti uma opinião antecipada, complicando-se com uma questão de fôrma que talvez possa tornar impossivel todo accordo, viria servir assim aos propozitos da politica actual do gabinete brasileiro, o qual dezejaria deixar as coizas no *statu quo*, procrastinando indefinidamente a questão de fôrma, e desculpando-se perante nós, perante nacionaes e estrangeiros, com essa questão de mera fôrma, ficando elle senhor da situação e nós sem alliança verdadeira, sem ajustes com o Paraguay, e sem accordo com os alliados.

Quando disse ao ministro dos negocios estrangeiros do Imperio, conforme expuz na minha confidencial de 31 de Julho, «que, deixando completa liberdade ao meo governo no assumpto, era minha opinião particular que

não havia inconveniente em acudir ao dezejo amigavel do governo brasileiro,» acreditei, que não ia além do espirito e da letra das minhas instruções, que me autorizavam a dar por não passadas as notas trocadas; o que (ainda sobre a baze de reciprocidade) importava a mutua iliminação ou as reciprocas explicações sobre alguns pontos d'essas notas. Por isso pensei, que uma simples frase amigavel, pedida confidencial e amigavelmente, deixando o seo alcance e a sua fôrma á espontaneidade do governo argentino, era muito menos do que eu estava autorizado a fazer, e quando, ao deixar franca liberdade de acção ao meo governo para imprimir no acto o sello da espontaneidade me limitava não obstante a manifestar simplesmente a minha opinião particular para tirar-lhe todo o character de imposição, não me persuadi, que o governo pudesse, nem mesmo indirectamente, desaprovar o meo procedimento.

Hoje, collocado no cazo de sustentar oficialmente o contrario do que manifestei confidencial e particularmente, a attitude do governo argentino tem duplo alcance, é uma negativa official a um dezejo manifestado confidencialmente pelo governo brasileiro, e uma desaprovação perante este da opinião por mim antecipada.

Esta consideração, que de passagem aponto, não influiria absolutamente no meo animo, si considerasse, que a negociação teria de adiantar-se por este caminho; porém pensando o contrario, e por motivos que considero concludentes, é do meo dever submeter a V. Ex. algumas considerações, que espero se servirá levar ao conhecimento de S. Ex. o Sr. presidente da Republica, para que sejam devidamente pezadas antes de tomar-se resolução definitiva.

A questão de fôrma, que começou por insinuação e acabou por ser claramente formulada, prova pouca disposição da parte do governo do Brazil para entrar na questão de fundo, porque é claro que, si de sua parte houvesse boa vontade, * não teria sido obstaculo para entrar em negociações.

* O Sr. general tinha, a meo ver, solidos motivos para não duvidar d'essa boa vontade. O que não devia o governo brasileiro era negociar sob a pressão de uma offensa internacional, ou deixar de reagir contra esta.

A verdade é que não interessa ao Brazil, ou pelo menos creio, que não lhe interessa, liquidar as questões pendentes sobre a alliança, e que procurará e aproveitará todo incidente que se lhe apresente para frustar a negociação, e quanto mais remota estiver a questão de fundo, tanto melhor ficarão preenchidas as suas vistas.

A questão de fôrma, que se promoveo, satisfaz em parte a esse propozito, digo em parte, porque penso, que tambem concorre o dezejo de salvar-se perante a opinião publica brasileira da accusação de frouxidão, que se lhe faz por haver respondido á nossa nota nos termos em que o fez. *

O movel d'esta conducta está patente.

Desde que o Brazil conseguiu, pelos tratados ajustados separadamente com o Paraguay, o que procurava pela alliança, ainda mais acredita, que nosso concurso lhe é inutil e dá menos apreço á nossa garantia.

Interessado o Brazil na paz, que assegura a execução dos seus tratados com o Paraguay, não dezeja a guerra; e não a temendo de nossa parte, está tranquillo por esse lado.

N'estas circumstancias, interessado o Brazil em que a Republica Argentina não regularize sua situação com o Paraguay, * encontra por este caminho o meio de não ajudar-nos e de não tornar effectiva sua garantia com relação ao tratado da alliança, o qual, não obstante invocar-se em principio, está roto de facto, ficando nós em uma posição precaria para com os nossos limitrofes, e elle á espera dos acontecimentos que possam favorecer esses intuitos.

A vista do exposto, penso, que dar importancia á questão de fôrma tão amigavelmente apresentada, e complicar esta questão convertendo-a em preliminar official da negociação de fundo, é, sinão impossibilitar o exito da missão, collocar-a ao menos em condições summamente desvantajozas, ao que se deve acrescentar, que seria

* Já tratei da opinião manifestada de que a nota devia ser devolvida, ou retirada, como o Sr. general refere em uma confidencial, que fôra dito em conferencia com o presidente do conselho.

* Injusta apreciação.

servir ás vistas d'este governo, si é que procede de má fé, pois que pela mesma razão insistiria na questão de fôrma, que póde fazer obstar tudo.

Não obstante o expendido, estou disposto a proceder de conformidade com a ultima confidencial de V. Ex.; prevendo porém o cazo de que por este meio cheguemos a algum extremo, necessito antes de tudo (tanto para fazer pressão como para regular meo procedimento), que V. Ex. me habilite com instruções precisas sobre os pontos que passo a expor:

1.º Si o governo brasileiro insistir na questão de fôrma, devo comprometter a discussão official sobre este ponto, que até hoje não passa de um acto puramente amigavel e confidencial?

2.º Si não fôr possivel entendermo-nos sobre a questão de fôrma, posso fazer pressão declarando que será isto motivo para romper, ou para não iniciar a negociação especial de que estou encarregado?

3.º Si definitivamente, e depois de fazer constar officialmente todos os incidentes anteriores, se apresentar como obstaculo á negociação de fundo o não ajustar-se a questão de fôrma, devo considerar rota toda negociação e dar por terminada a minha missão?

Sobre os pontos indicados espero as ultimas instruções de V. Ex., escusando dizer que em todo cazo não pouparei esforços para que as coizas não cheguem a esta extremidade, propondo ou aceitando alvitres, que, salvando o reciproco decoro e a reciproca conveniencia, nos aproximem do accordo que a todos interessa, e que persisto em acreditar antecipadamente aceito, posto que não ambicionado por este governo, uma vez que não deixemos pretextos que nos afastem d'elle. Deos guarde a V. Ex.
Bartolomé Mitre.

A S. Ex. o Sr. Ministro das relações exteriores da Republica Argentina.»

O Instituto vê confirmado tudo quanto escrevi acerca da questão de fôrma, a qual foi apresentada desde a primeira conferencia com o plenipotenciario argentino. Vê tambem confirmada a declaração de que o general Mitre não julgava, que devesse ser desattendida a reclamação

brazileira, chegando a manifestar algum queixume pela insistencia por parte do governo argentino em não attender á amigavel solução confidencialmente tratada.

Estava o governo brasileiro á espera da ultima decisão do governo argentino, quando o general pedio-me a conferencia, que realizou-se em 10 de Setembro, da qual dá conhecimento ao seo governo em confidencial do dia seguinte n'estes termos:

«Confidencial. Legação Argentina no Brazil. Rio de Janeiro 11 de Setembro de 1872.

Sr. Ministro. Tenho a honra de accusar o recebimento da confidencial de V. Ex., datada de 26 do proximo passado, contendo as necessarias instruções que solicitei a 19 do mesmo mez a respeito da questão de fórma e seos resultados, acerca da qual consultei a V. Ex., tendo recebido ao mesmo tempo a nota modificada sobre que essa questão versava e a minuta da resposta á mesma.

Perfeitamente de acordo com V. Ex. em que o governo argentino não deve satisfação ao Imperio do Brazil, tanto porque a energica defeza dos nossos direitos correspondia a factos que a atacavam e que todavia não têm tido satisfação por parte do Imperio, como porque, dado o cazo de que o governo argentino devesse ou podesse estar disposto a dar alguma explicação sobre o incidente das notas, tal questão prévia de fórma tinha desaparecido depois da ultima resposta do Brazil e de todos os actos posteriores. E' por isso, que na conferencia que tive com o ministro dos negocios estrangeiros do Imperio, de que dei conhecimento em confidencial de 27 do proximo passado, fiz valer estas e outras razões para apresentar do modo mais conveniente possivel a questão de fórma promovida por este governo como um novo *pretesto* para não entrar desde logo na questão de fundo, servindo-me da mesma palavra e qualificando similhante procedimento de falta de boa vontade, ou seja *má vontade* para liquidar nossas questões pendentes, com tudo mais que se me offereceo dizer, sem que minhas observações fundamentaes fossem abaladas, ficando portanto vantajozamente habilitado para cumprir as instruções do meo governo.

Isto, ainda no cazo de uma negativa absoluta, não obstante a opinião que particularmente emitti de que não haveria inconveniente em adicionar á nota uma fraze amigavel, ainda quando não fosse sinão para satisfazer um desejo tão amigavelmente manifestado, desde que sem exigencia alguma se deixava ao alcance e sua fórma ao governo argentino, com a vantagem de restabelecer desde logo por este meio as boas relações, entrando immediatamente na negociação da questão de fundo sem embaraço algum.*

Si a resolução de V. Ex. tivesse sido fazer simplesmente á nota o aditamento que houvesse julgado conveniente, essa nota já teria sido aceita (ainda quando não differisse muito da anterior) e eu estaria agora occupando-me sériamente dos fins da minha missão. Tendo vindo porém com condições, ella prolonga indefinidamente a questão de fórma, obstando as negociações, e dando ao gabinete do Brazil novo pretexto para prolongar esse incidente, que, em ultima analize, póde ser cauza do mallogro da missão, embora eu persista em crer que alguma coisa se póde fazer ; e para chegar a bom termo empregarei todos os esforços.

Disposto a cumprir, de todo modo, as instruções do governo, quaesquer que fossem, como anteriormente communiquei, dei cumprimento a ellas com a modificação que mencionarei mais adiante, posto não sejam ellas precisas para o cazo de que este governo não aceite a troca das notas que V. Ex. propõe ; cazo em que seria necessario dar andamento á anterior nota suspensa, ficando a negociação interrompida de facto, emquanto se ajustasse o incidente de governo a governo, si este governo persistisse na questão de fórma, como questão *sine qua non* para ir adiante ; o que até agora não está claro, inclinandome a crer que talvez não persista em tal resolução depois das considerações que lhe tenho manifestado.

Entre os inconvenientes que me creavam as mesmas instruções com relação á nota modificada, assignalarei

* Assim sendo, não podia o general falar no periodo anterior em pretexto e má vontade.

Não faria eu reparo, si dissesse pundo nor.

alguns simplesmente para que ellas sejam completadas, habilitando-me para todos os cazos occurrentes.

Em primeiro lugar a nota modificada pouco differia da nota anterior no fundo e na fôrma, e satisfazia apenas indirectamente o dezejo manifestado. Segundo, em vez de satisfazer o dezejo manifestado por este governo, continha duas novas exigencias, as quaes eram: entrar immediatamente na questão de fundo, trasladando a discussão para os actos diplomaticos, e a condição expressa de uma resposta nos mesmos termos, satisfazendo-se aquella exigencia officialmente formulada. Terceiro, pedia-se resposta ao que na mesma nota se qualificava de simples accusação de recebimento; o que nas relações officiaes ou confidenciaes não é de estilo, posto que, pela singularidade do cazo, como V. Ex. diz, pudesse ser este um meio para trocar palavras amigaveis desde que houvesse boa vontade para isto. Quarto, prescrevia de antemão a fôrma e o alcance da resposta, quando por parte do governo brasileiro se deixára á espontaneidade do nosso governo a fôrma e o alcance do aditamento, o qual teria aceito, qualquer que elle fosse, como manifestei antes.

Não obstante o que precede, dispuz-me immediatamente a cumprir as ultimas instrucções de V. Ex., e em consequencia, em data de 9 do corrente, pedi ao ministro dos negocios estrangeiros uma *conferencia confidencial para tratar do assumpto pendente*; tendo feito assim para corresponder ao procedimento d'este governo, que não tinha querido formular officialmente seo dezejo, e porque transferir desde já a questão para o terreno official nos collocava a ambos em terreno escorregadio, que poderia arrastar-nos além do que dezejavamos.

A conferencia realizou-se em 10 do corrente, ás 10 1/2 da manhan, no ministerio dos negocios estrangeiros.

Como introdução, disse ao Sr. Correia, que, considerando deciziva esta conferencia, tinha pedido, que ella fosse confidencial para dar tempo e liberdade á reflexão, e poder falar com mais franqueza e ao mesmo tempo com mais cordialidade. Que deplorando que, tendo entre mãos tão graves interesses, nos achassemos paralizados por uma nova questão de fôrma, que alguma boa vontade por

parte do Brazil haveria evitado ou podia remover, eu não podia nem devia ver n'ella sinão um obstaculo artificial (testual) para começar a tratar com seriedade da questão de fundo. Que a tal questão de fórma era insustentavel, porque não nascia logicamente de nenhum antecedente, e tambem porque, quando tivesse sido possivel ou tivesse existido alguma vez, teria desapparecido por actos espontaneos do Brasil e por actos internacionaes de que já não era dado prescindir.

Que depois das palavras proferidas pelo Imperador do Brazil e pelo Presidente da Republica Argentina perante os respectivos parlamentos e á face do mundo, depois dos termos de minha credencial, em que se faz menção, nas palavras mais amigaveis, dos serviços que eu tinha podido prestar á alliança, e dos discursos trocados no acto da minha recepção publica, em que o imperador assegurou á minha missão termo honroso e feliz para ambos os paizes, tal questão não existia, e que, si houvesse existido alguma vez, a teria eliminado o facto de responder o governo brasileiro á nossa ultima nota, sem insinual-a siquer, provando assim que o que pôde ser questão então, não o era nem podia ser hoje ; acrescentando que, dado ainda que houvesse offensa nos termos da correspondencia reciproca, minha missão e permanencia no Rio de Janeiro era a maior satisfação que podiam dezejar, além de que, como lhe havia dito, tinha instruções para dar e receber reciprocamente as explicações que pudessem ser necessarias a respeito de conceitos que passassem além das intenções benevolas de ambos os governos.

Que a esse respeito podia invocar a opinião autorizada do Sr. Visconde do Rio-Branco, presidente do conselho de ministros, o qual, na conferencia particular que precedeo á minha recepção official, me declarára, que a questão da retirada da ultima nota argentina foi assumpto de resolução tomada em conselho de ministros do Brazil, tendo prevalecido a opinião de que não tinha lugar a exigencia da alludida retirada, desde que, sendo uma exposição de doutrina e uma defeza dos direitos, que acreditavamos ter, em termos mais ou menos consequentes, si tivesse havido verdadeira offensa, a simples retirada

da nota não a annullava, uma vez que ella fôra publicada pelo governo argentino; e existindo similhante offensa, era indispensavel exigir a satisfação a que dêsse lugar; pelo que se concordára em responder á nossa nota nos termos em que se fez, ficando desde logo eliminada a questão de fôrma, que hoje se promove.

Que além d'isso, pelo facto de haver eu sido recebido no character de enviado em missão especial, tinha-se accettato sem condições os termos da confidencial, que me autorizava a tratar da questão de fundo, ainda pendente depois de dous mezes de minha residencia aqui, embaraçado por uma questão de fôrma que não tem razão de ser e não pôde obstar a que se preencham os fins para que fui acreditado e recebido. Que si se queria fazer nascer tal questão de fôrma da discussão que houvera de governo a governo, suppondo na ultima nota brasileira reservas que não appareciam no seo contestto, menos consistente era ainda a pretensão, desde que essa discussão foi originada por factos da parte do Brazil, que, offendendo o nosso direito e até a nossa soberania, estavam entretanto sem satisfação.

Que, longe de devermos satisfação alguma ao Brazil por isto, elle é que nol-a devia, porquanto o facto de tratar separadamente com o Paraguay, além de ser contrario aos protocollos de Buenos-Aires, importava em interpretar por si e perante si os tratados, que só os alliados de commun acôrdo podiam e deviam interpretar, sobretudo quando se tratava de recolher os frutos de esforços e sacrificios communs.

Que este procedimento tinha sido aggravado fazendo-se misterio de tal acto, sem dar-nos d'elle nenhum conhecimento e ajustando clauzulas abertamente contrarias aos tratados de alliança e aos protocollos de Buenos-Aires, cujas estipulações tinham sido esquecidas, como acontecia com a occupação militar indefinida por parte do Brazil, como o reconheceo o proprio Barão de Cotegipe na carta que publicou, na qual trata de explicar esta violencia pela singularidade da situação do Brazil.

Que além d'isso a nossa primeira nota, em que se annunciava o protesto, foi resposta a um acto offensivo por

parte do Brazil, do qual se nos deo um simples conhecimento por meio do ministro brasileiro rezidente em Buenos-Aires, quando já era facto consummado, não deixando-nos outro alvitre, sinão o de dirigirmo-nos directamente ao governo do Brazil para reclamar, como fizemos, sem que tal passo importasse crear ou promover uma questão que já existia.

Que, como eu o tinha dito em outra occasião ao Sr. ministro dos negocios estrangeiros (na conferencia de 14 de Julho, da qual dei conhecimento omittindo esta circumstancia) a primeira resposta do governo do Brazil a essa justa reclamação fôra alguma coisa mais que offensiva, pois que havia sido menos amigavel, não só pelo facto de não nos abrir o caminho conciliatorio que n'essa nota propunhamos, como tambem porque chegava até a dar razão ao Paraguay em sua rezistencia ao estipulado nos tratados de alliança; o que se aggravava com o facto da resposta a respeito da ilha do Cerrito, que affectava nossa soberania territorial.

Que, isto não obstante, não fizemos effectivo o nosso protesto, e nos limitamos a uma exposição de doutrina e a uma defeza de nossos direitos, que, qualquer que fosse sua evidencia, era provocada por actos e palavras pouco amigaveis, tendo ficado pendente a discussão com a ultima nota do Brazil, na qual, fosse qual fosse o juizo que sobre ella tivesse, teria visto, tanto o meo governo como eu, um acto amigavel que fazia estranhar tanto mais a questão de fôrma que hoje se promovia artificialmente, apparecendo como um pretexto mais que como uma razão, que, sem pôr em duvida a sua boa fé, assim seria qualificado pelo mundo imparcial.

Que, pelo que nos toca, ninguém poderia desconhecer nossa moderação e o muito dezejo de chegar a um accordo, salvando em todo o cazo a paz e as boas relações entre ambos os paizes, e que, si o Brazil, por não temer por isto a guerra de nossa parte, acreditava ter assegurado melhor os resultados da alliança e nos tratados em separado com o Paraguay, sem necessitar de nós, pensava, que se equivocavam, por que nós, sem carecer precisamente de accordo commun, posto que o anhelassemos como melhor para

todos, o procuravamos com sinceridade em honra e em beneficio commun para não deixar uma situação indefinida, que, sem ser a guerra nem o rompimento das boas relações, comprometteria ou tornaria duvidozos ou menos fecundos os beneficios da paz, que uma politica internacional providente póde assegurar para o presente e o futuro.

Que, apesar de ser o governo argentino o mais interessado em manter uma discussão que nascia de factos estranhos que offendiam nosso direito, dava o bom exemplo de não continual-a, procurando transferir para o terreno dos actos serios da diplomacia uma correspondencia directa que podia aggravar a situação, levando cada paiz além do que queria e convinha.

Que a nota anterior (a suspensa) respondia a estes propozitos, referindo-se, pelo que toca ao mais, ao que eu fizesse ou dissesse como representante do governo argentino, tendo ido por minha parte até offerecer-me para dar todas as explicações necessarias sobre os conceitos que pudessem parecer offensivos, ainda que em realidade o não fossem desde que não estava em nossa intenção, ficando bem entendido que taes explicações seriam reciprocas, como convinha, no que tambem podia apoiar-me na opinião do Sr. Visconde do Rio-Branco, que, ao indicar-me como uma difficuldade a falta de resposta da ultima nota brasileira em termos satisfatorios, me disse, que a nota argentina de 27 de Abril podia dar lugar a algumas explicações, assim como a nota brasileira de 22 de Março talvez pudessem tambem reclamar algumas.

Que iniciada, ainda que amigavel e confidencialmente, a questão de fórma, como eu o previa e annunciára, o governo argentino tinha tido difficuldade em acceder ao desejo do governo brasileiro, não obstante abundar nos mais benevolos sentimentos, por quanto tal questão era, além de infundada, extemporanea, e não estava revestida de caracteres serios, rezervando-me o expôr ulteriormente as razões em que o meo governo fundou esta negativa.

Que, não obstante, o governo argentino, deferindo ás minhas observações, se prestava agora a modificar sua nota anterior suspensa, eliminando algumas palavras que poderiam ser interpretadas de modo contrario aos seus

sentimentos, adicionando-lhe outras que, sem constituirem uma satisfação que não devia, importavam uma abertura formal nos termos os mais amigaveis.

Que este procedimento tinha sobre o indicado pelo Sr. ministro dos negocios estrangeiros a vantagem de, em vez de reabrir a discussão sobre conceitos e incidentes que felizmente haviam passado, pôr dignamente termo ás reciprocas recriminações, e dando por encerrada a discussão, permittia a troca de boas palavras no sentido de um acordo. Que tal adição era e devia ser condicional pela especialidade do cazo, pois, desde que o governo brasileiro dezejava alguma coisa mais que uma simples accusação de recebimento, cabia-lhe corresponder a seo amigo e alliado n'esta nova faze da questão, não importando por outra parte tal resposta sinão declarar, que participava dos mesmos sentimentos manifestados pelo governo argentino. Que alem d'isto o governo argentino não necessitava por esta resposta, por quanto até agora, não obstante conhecer-se aproximadamente quaes eram nossas exigencias, que não iam além do racional e do decorozo para ambos os paizes e para todos os alliados, incluzive o proprio Paraguay, até hoje o governo brasileiro nem official nem confidencialmente tinha feito conhecer quaes eram as bazes sobre as quaes estava disposto a rezolver decididamente as questões pendentes.

Que para nos prestarmos a rezolver a questão de fórma, que tinha surgido, mostrando-nos n'esta parte deferentes, necessitavamos saber, si o Brazil estava realmente disposto a rezolver as questões que nos dividiam, pois que não valia a pena ajustar questões de mera fórma, sem razão de ser, si depois d'isto haviamos de encontrar novas difficuldades ao iniciar a questão de fundo, e que o penhor de que assim não seria, ainda mesmo sem pôr em duvida a boa fé do governo brasileiro, era uma resposta que correspondesse á nossa abertura e a nossos sentimentos amigaveis officialmente manifestados. Que tal era prezenemente a situação respectiva, que os successos nos tinham creado logicamente que podia rezumir-se n'este dilemma: ou ajuste da questão de fórma com a condição de dar-nos segurança de ajustar a questão de fundo, ou

insistencia em nossa nota anterior, deixando ao Brazil a responsabilidade do seu procedimento, ou, o que é o mesmo, troca reciproca de palavras amigaveis que nos aproximasse de um accordo, antes de chegar ao escandalo de prolongar sem razão uma situação que podia e devia ter um termo mutuamente satisfatorio e honroso; o que importava necessariamente uma resposta á nossa nota modificada e adicionada para chegar a este resultado.

Depois d'esta extensa exposição em que me estendi sobre outras considerações, que omitto por não serem essenciaes, e que durou uma hora, sem que o Sr. ministro dos negocios estrangeiros me interrompesse uma só vez; li-lhe integralmente a nota de V. Ex. de 10 de Agosto, em que fundava sua primeira negativa a acceder ao desejo manifestado pelo gabinete do Brazil, declarando depois d'isto que, não obstante o fundamento de suas razões, o governo argentino, attendendo ás minhas observações, baseadas em outra ordem de idéas, se tinha prestado a satisfazer aquelle desejo, modificando e adicionando sua nota nos termos de que ia dar-lhe leitura, porém com a condição de que essa nota fosse correspondida com uma resposta analogá. Então li-lhe a parte da nota de V. Ex., que se refere á questão de fôrma promovida, e á condição expressa antes indicada; depois d'isto li copia da nota modificada, e como simples apontamento, a fôrma da resposta, que V. Ex. juntou á sua referida nota de 26 de Agosto, dizendo-lhe que era simplesmente um projecto, no qual não se fazia sinão repetir nossas proprias palavras e sentimentos, parecendo-me que devia corresponder assim ao seu amigavel procedimento, tanto porque tinham deixado á nossa espontaneidade a fôrma e o alcance do aditamento, como porque, apresentado o projecto como objecto de discussão, nós creavamos, sem o poder evitar, o novo embaraço de pôr outra vez em discussão a fôrma de nossa nota modificada.

O Sr. ministro Correia permaneceu em silencio por longo espaço de tempo, lendo a copia da nota modificada e o projecto de resposta que puz em suas mãos, mostrando-se pouco satisfeito da sua leitura, depois do que me disse: Que eu tinha feito, sob meu ponto de vista, e

em defeza do que considerava direitos do meo paiz, uma extensa exposição, que importava uma accusação ao procedimento do governo brasileiro, a qual exigia por sua parte uma refutação; ao que observei, que, como elle havia dito, não era sinão uma simples exposição de factos para motivar e justificar nossa attitude em presença da questão prévia que nos suscitava, sem pretender entrar em discussão sobre os diversos topicos que ella comprehendia; em virtude do que o Sr. ministro teve a bem não insistir sobre este ponto, no qual me parece não se considerava forte, como se deduz do que disse depois.

O Sr. ministro Correia continuando, depois de repetir-me o que já em outra occazião me dissera, que a questão de fôrma havia surgido em preenzça da ultima resposta argentina (a suspensa), e que não fôra formulada na ultima resposta brasileira para deixar á espontaneidade do governo argentino a oportunidade de corresponder á manifestação da sua resposta, disse-me: que o governo brasileiro devia estranhar, que, quando sem formular exigencia alguma, deixando a fôrma e o alcance ao arbitrio do governo argentino, se limitára a manifestar, confidencial e amigavelmente, o dezejo de que se incluísse em nossa resposta algumas frases, que attenuassem ao menos o effeito que a nota argentina de 27 de Abril cauzára no Brazil, nos termos que elle julgasse mais convenientes, tinha mais razão para crêr, que a má vontade, que, com tanta insistencia, se attribuia ao governo brasileiro, existia antes da parte do governo argentino.

Que a resposta modificada, differindo pouco dos termos da anterior, não ratificava, nem reaggravava os termos da nota de 27 de Abril, que podiam crêr-se intencionalmente offensivos; porém que vinha acompanhada de uma nova exigencia, a qual era de entrar-se desde logo na questão de fundo, com a condição, além d'isso, de uma resposta. Objectei então ao Sr. ministro Correia, que a parte condicional, que era inherente á modificação da resposta suspensa, não era uma nova exigencia, mas uma consequencia logica do desenvolvimento da questão de fôrma, tal como elles a haviam estabelecido, a meo modo de ver artificialmente, e que apparecia como mero pretesto.

para não tratar seriamente das nossas questões de fundo, si o Brazil pudesse ter difficuldade em dizer-nos, que participava de nossos dezejões e esperanças de chegar a accordo sobre o assumpto.

Que si, como elle me dizia, o governo brasileiro dezejava tal ajuste, não via, que difficuldade pudesse haver em manifestal-o nos termos que julgasse mais conveniente; podendo dar lugar a pôr-se em duvida a sua boa vontade esta negativa a um acto tão simples e conveniente para o restabelecimento das boas relações; ao que devia acrescentar-se o antecedente de que já tinha feito menção, a saber: que até agora o governo do Brazil não nos havia manifestado a sua boa disposição para rezolver as nossas questões pendentes por cauza dos tratados celebrados em separado em Assumpção, guardando completa rezerva até a respeito das bazes sobre as quaes poderíamos iniciar a negociação de que eu estava encarregado, em quanto que por minha parte, embora não tivesse formulado bazes, havia abundado em franqueza, declarando que, incumbido de uma missão de paz e amizade, não vinha reagir contra os factos que tinham sido consummados sem o nosso concurso, e sim simplesmente aproximal-os quanto fosse possível das estipulações do tratado do 1.º de Maio e protocollos complementares de Buenos-Aires, de que se tinha prescindido tanto na negociação em separado do Brazil, como nas proprias estipulações dos tratados de Assumpção, começando por interpretar e executar por si e perante si, segundo essa interpretação, os tratados de alliança, e acabando pelo misterio que se fez de semelhante procedimento em relação aos alliados, em cujo prejuizo vinha a redundar aquelle procedimento.

O Sr. ministro Correia replicou, que o misterio da negociação, a que eu alludira, era uma circumstancia accidental, visto que nos protocollos ajustados pelo negociador se estipulava a participação aos alliados, tendo-se, no mais, ajustado tudo de conformidade com os compromissos do tratado de alliança.

A este respeito observei ao Sr. ministro, que o proprio Barão de Cotegipe, negociador dos tratados de Assumpção, reconhecera em sua carta, que foi publicada,

que elles continham clauzulas contrarias ao tratado de alliança e especialmente aos protocollos de Buenos-Aires no que se referia á occupação militar indefenida do Paraguay por tropas brasileiras (sem mencionar o protectorado de facto que isto importava), o que elle explicava e justificava, a seo ver, com o facto de ter-se visto obrigado, segundo dizia, a tratar separadamente, considerando isto como um facto transitorio, que um accordo commun devia fazer cessar, sem que por isso se insinuasse nenhuma questão de fórma para poder-se chegar a esse accordo ; longe d'isto, afastou-se todo obstaculo d'esse genero em um espirito que, cumpria um dever em declarar, considerava elevado e de boa politica.

Com este motivo interpellei ao Sr. ministro. si o governo brasileiro aceitava, como baze para uma negociação sobre nossas questões pendentes, as que o Barão de Cotegipe havia communicado ao ministro das relações exteriores da Republica Argentina.

O Sr. ministro dos negocios estrangeiros respondeo-me, sem vacillar, que sim, e que, si a isso limitavam-se nossas pretensões, por parte do governo brasileiro não havia difficuldade.

Tendo eu observado que, ao falar de bazes, S. Ex. as tomava simplesmente como um ponto de partida para entrar em negociações, e que me referia ás bazes taes quaes tinham sido formuladas em nossa ultima nota, cuja exactidão havia publicamente reconhecido o proprio Barão de Cotegipe, o Sr. ministro me respondeo immediatamente, que assim considerava essas bazes e que se referia a ellas taes como tinham sido redigidas pelo Sr. Tejedor.

Depois de trocar algumas idéas sobre esses topicos, declarei ao Sr. ministro, que era para deplorar, que, estando quazi de accordo no fundo, e tão proximo a nos entendermos, alcançando o rezultado honroso e feliz para ambos os paizes que o Imperador augurara á minha missão, seria dolorozo, e até vergonhozo, que a negociação não se iniciasse por uma mera questão de fórma, que, o repetia, podia ser considerada como um pretesto filho de má vontade, ficando assim esterilizada a boa disposição que agora me manifestava.

Tendo feito o Sr. ministro algumas observações sobre a anterior nota (a suspensa), e a ultima modificada com a condição de uma resposta, mostrou-se pouco satisfeito, insinuando que por tal modo não parecia possível que chegassemos a um acordo.

Observei ao Sr. ministro, que reflectisse tranquillamente na situação que uma resolução de sua parte em semelhante sentido podia crear, pois que, si não aceitava a nota modificada com a condição de corresponder a este acto amigavel, eu me veria forçado a declarar, que se dêsse andamento á nota suspensa, e então, si insistisse na questão de fórma, veria ella a ser condição *sine qua non* para entrar na questão de fundo; o que seria pouco digno de uma nação como o Brazil, e pouco serio em presença dos graves interesses de que se tratava, emquanto que ficaria manifesto o nosso sincero dezejo de chegar por todos os meios possiveis a um ajuste, para o qual não haviamos omittido esforços, vindo até procural-o molestamente aqui no Rio de Janeiro, dando assim o primeiro passo e não poupando esforços para chegar a um resultado.

O Sr. ministro disse-me, que em tal cazo, isto é, de dar andamento á nota suspensa, elle ver-se-ia na necessidade de dirigir-se directamente ao governo argentino, manifestando os motivos pelos quaes tal nota não era satisfatoria.

Pareceo-me inutil observar ao Sr. ministro, que semelhante procedimento seria irregular, tratando-se de uma accusação de recebimento que nada dizia, e em que se referia ao que eu fizesse ou dissesse para dar e receber as explicações necessarias, que por esse modo se esquivavam de receber, limitando-me a dizer-lhe que, dado tal cazo, ver-me-ia na necessidade de fazer constar officialmente quanto confidentialmente se tinha passado entre nós, e que então ao pedido que fizesse para entrar a occupar-me dos assumptos da missão especial, em que fôra recebido, teria o governo do Brazil de declarar, que não honrava as minhas credenciaes depois de tel-as aceito; o que não me parecia regular, e acreditava por isso mesmo, que não chegaríamos a tal extremo.

N'este estado da conferencia, e tendo-se ella prolongado por espaço de duas horas, propuz ao Sr. ministro : ou que a suspendessemos para renova-la depois que elle houvesse meditado detidamente sobre o assumpto, ou me convidasse para uma nova depois que, pela gravidade do caso e de suas consequencias, tivesse consultado a opinião do gabinete, deixando-lhe para este fim copia da nota modificada e do projecto de resposta, com a condição de serem devolvidos, cazo não chegassemos a accordo.

O Sr. ministro aceitou este alvitre, declarando-me que, pela gravidade do cazo, consultaria a opinião do gabinete, não tomando sobre si só a responsabilidade.

Disse-lhe então, que, disposto a fazer tudo que de mim dependesse para evitar uma desintelligencia e chegar a um accordo, pretendia ter uma entrevista com o Sr. Visconde do Rio-Branco, idéa que o Sr. Correia approvou, dizendo-me que o voto do presidente do conselho de ministros não só era preponderante nos conselhos do governo, como porque S. Ex. era um homem publico, que deveria ser consultado sobre a materia, ainda quando não fosse ministro, ainda quando o partido a que elle pertence não estivesse no poder.

Com o que terminou nossa conferencia, tendo no mesmo dia solicitado por escripto uma entrevista particular com o Sr. Visconde do Rio-Branco, que me respondeu convidando-me para amanha, e manifestando-me o muito dezejo que tinha de que ella se realizasse. Do seo resultado darei conhecimento a V. Ex. em officio separado. Deos guarde a V. Ex. *Bartolomé Mitre.* »

Tenho a satisfação de confirmar perante o Instituto as palavras que me ouvio o general Mitre com referencia ao então presidente do conselho, de saudoza memoria, e á sua competencia nas questões de que nos occupavamos. Ellas não estão assim escriptas nas minhas notas, porque tinham de ser lidas na presença de S. Ex., e eu não dezejava, que se pudesse ver n'ellas um simples cumprimento.

N'esta confidencial o general renova seo queixume por não ter logo o governo argentino annuido á sua opinião, que continuava a julgar a mais acertada, e era aliás conforme á do governo do Brazil.

Diz S. Ex., que se podia ver no procedimento do governo brasileiro um pretexto para não entrar logo na questão de fundo, duvidando que se ligasse toda a importancia á questão chamada de fôrma, duvida que não devia ter desde que é elle proprio quem reconhece a prudencia com que no Imperio eram tratados os assumptos d'esta ordem. A demora do Sr. Tejedor em attender patenteia quão justificada era a insistencia do Brazil no empenho de não consentir na suspeita de haver sido propozitalmente offendido. A procedencia das increpações feitas pelo plenipotenciario argentino a actos do governo brasileiro teria de ser apreciada ao tratar-se da questão de fundo.

Diz ainda S. Ex. que n'esta conferencia perguntou-me si o governo brasileiro estaria prompto a aceitar as bazes formuladas pelo Sr. Tejedor, quando esteve em Buenos-Aires o Barão de Cotegipe, e que eu respondi sem vacillar. Esta parte não consta das notas que escrevi pela razão de que meos collegas estavam bem certos sobre este ponto, que já havia sido tratado em a nota de 20 de Junho.

Eis o que escrevi sobre esta conferencia :

« O Sr. general fez uma extensa exposição dos acontecimentos, e leu, sem mostrar-me, o despacho, em que o Sr. Tejedor dá as razões pelas quaes julga não dever attender á questão de fôrma, não apresentada anteriormente, e mostra-se resentido, primeiro por se ter declarado razoavel a reluctancia do Paraguay na questão do Chaco ; e segundo por se ter tratado separadamente com o Paraguay, de fôrma que, a haver substituição da nota, deve haver resposta por parte do governo imperial.

Leo-me os termos da substituição da nota ; e meramente como uma indicação para o governo imperial apreciar, disse em que termos podia ser a resposta do mesmo governo.

Li attentamente o projecto da nota que se me apresentou para bem aquilatar as differenças da anterior. Disse depois a S. Ex. :

Que não me parecia necessario acompanhá-lo na apreciação historica que havia feito, e que tambem por nossa parte já tem sido feita, pois que não tinha isso

immediata ligação com o assumpto principal da nossa conferencia.

Que tambem não voltaria ao objecto de que tratára na anterior conferencia, e que fôra reproduzido, por já ter dito quanto bastava para justificar a opinião, em que permanecia, de que a responsabilidade dos successos posteriores não pezava sobre o Brazil. Si eu tivesse duvida a este respeito, como essa responsabilidade era grande, reconsideraria a materia.

Tratando especialmente do assumpto que estava difficultando as relações dos dois Estados, cumpria-me assignalar a nova face que se lhe quer dar, tornando condicional a substituição das notas que dependera da resposta para a qual S. Ex. entregou-me um projecto, que eu recebia como documento historico e para que meos collegas tivessem conhecimento do assumpto para final decizão.

Apreciando o projecto da nota que tem de ser enviada em substituição, via sómente, que se confundia o procedimento dos dois governos, como si o governo brasileiro tivesse escripto alguma nota semelhante á de 27 de Abril.

Que, a meo ver, não havia n'este procedimento sómente a falta da boa vontade, que o Sr. general tem notado por parte do Brazil, mas muito má vontade; pois que não se explica a difficultade opposta em satisfazer ao governo imperial, a não ser que o governo argentino tenha visto no procedimento do brasileiro um acto menos conforme á sua dignidade, uma humilhação. S. Ex. porém bem via, que semelhante idéa não podia haver, desde que o Brazil não manifestou sinão o dezejo de que se escrevesse na resposta palavras, a arbitrio do governo argentino, que desfizessem a má impressão cauzada pela nota de 27 de Abril.

Ora, sendo a arbitrio do governo argentino, não ha duvida de que serão conformes á sua dignidade; restava pois, que a resposta fosse tambem satisfatoria para o Brazil. E' este sómente o ponto, e tão difficil tem sido! Não ha intento de humilhação, que o governo brasileiro, que não o supportaria por sua parte, não manifesta mesmo para com os Estados menos poderosos.

Assim pois, eu achava que notar no alvitre proposto; mas era questão muito grave, e como ao deixar S. Ex. tinha de ir conferenciar com meos collegas, de tudo os inteiraria.

Disse-me então S. Ex., que, si não fosse possível acordo, teria de expor tudo o que ha occorrido, conforme anteriormente me declarara.

Respondi, que, n'esse cazo, quem teria de pronunciar-se primeiramente era eu, expondo, por parte do governo imperial, os motivos porque não considerava admissivel a nota do Sr. Tejedor de 15 de Julho. Era este, e não podia deixar de ser, o primeiro passo.

Ponderando que se tratava de um grave assumpto, manifestou S. Ex. dezejo de ter uma entrevista com o Sr. presidente do conselho.

Disse-lhe, que, além de sua posição como presidente do conselho de ministros, o Sr. Visconde do Rio-Branco era tão conhecedor das nossas questões com a Republica Argentina que eu não podia deixar de apreciar a entrevista, que o Sr. general dezejava, tanto mais quanto podia ter muito alcance a solução d'este negocio.

O Sr. general ficou de escrever para tal fim ao Sr. Visconde.

Propoz então o Sr. Mitre, que ficasse adiada a conferencia, ou que eu lhe marcasse outra depois que lhe pudesse dar a decizão do governo imperial. »

Depois de tratar do assumpto com meos collegas, e de ter o Sr. general Mitre a entrevista que dezejava com o presidente do conselho, convidei-o para uma conferencia no dia 17.

D'essa conferencia o plenipotenciario argentino deo conta ao seo governo em confidencial de 19 :

« Confidencial. Legação Argentina. Rio de Janeiro, 19 de Setembro de 1872.

Sr. Ministro. Como annunciei a V. Ex. em minha confidencial de 12, depois da conferencia que tive com o Sr. presidente do conselho de ministros do Imperio, esperei, que a proposta que elle me havia feito n'aquella occazião me fosse formalmente renovada pelo Sr. ministro dos negocios estrangeiros, sem dar para esse fim o menor passo.

O Sr. ministro convidou-me depois de alguns dias para uma conferencia, que teve lugar no dia 17 no respectivo ministerio, desculpando-se por não me haver convidado mais cedo em consequencia do estado de sua saude.

Depois d'isto renovou a proposta, que me havia feito o Sr. prezidente do conselho, e fôra por mim aceita *ad referendum*, recordando os termos da minha conferencia de 12. O ministro entregou-me os projectos de notas, que em original a esta acompanham sob as letras A e B; com o que, tendo eu dito que responderia logo que os estudasse, deo-se por terminada a conferencia.

No dia 18 communiquei confidencialmente ao Sr. ministro o projecto de resposta por nossa parte, que junto sob a letra C, enviando-lhe tambem uma emenda ao projecto da nota brasileira, limitando a expressão e o alcance do paragrafo segundo, que começa : « O abaixo assignado, & ».

No mesmo dia á tarde fui convidado para uma nova conferencia, que realizou-se no dia 19, e n'ella o Sr. ministro disse-me, que a minha redação fôra aceita em conselho de ministros, assim como a emenda por mim proposta, com excepção de uma modificação de fraze e troca de palavras. Depois de uma ligeira discussão conveio-se na emenda, cujos termos se acham indicados em uma parte do annexo A.

Em seguida o Sr. ministro declarou-me, que, si eu estivesse autorizado para regular definitivamente este incidente, poderíamos já tratar da questão de fundo; porém que, ficando ella pendente, *ad referendum*, o governo imperial não poderia entrar na negociação, não obstante estar disposto a ouvir, pela fôrma que eu julgar conveniente, tudo quanto eu lhe quizer dizer sobre o particular.

N'este estado de coizas espero a resolução definitiva de V. Ex. acerca do incidente, para dal-o por definitivamente terminado e poder occupar-me seriamente do objecto da minha missão, si o governo se servir approvar o meo procedimento.

E' minha opinião, que o governo argentino deve aceitar esta solução, que, além de ser reciprocamente

satisfatoria e digna, nos dá a segurança de nos podermos occupar desde já da questão de fundo, partindo de bases conhecidos que promettem uma ajuste honroso e feliz. Si antes, insistindo o Brazil na questão de fórma, tal qual a apresentára, podiamos estar autorizados a romper ou suspender a negociação, assumindo ella grave responsabilidade perante o mundo imparcial, hoje que o Brazil nos faz uma nova proposta conciliatoria, em que tudo fica regulado pela troca reciproca de palavras amigaveis, que não importam sinão a confirmação do que já foi dito, e em que até se salva a objecção de V. Ex. de que na discussão de governo a governo a nossa ultima palavra não ficasse sem resposta, a responsabilidade que dahi rezultasse seria mais nossa do que d'elles; sobretudo quando a ultima palavra do Brazil é uma abertura formal para tratar, e são conhecidas as bases sobre que está disposto a fazel-o. Deos guarde a V. Ex. *Bartolomé Mitre.* »

Como se vê, o plenipotenciario argentino entregou-me o projecto da nota que devia substituir a de 15 de Julho, e bem assim a indicação da resposta que lhe parecia dever ser dado pelo governo imperial, indicação que recebi como documento historico, e para que os meos collegas tivesse pleno conhecimento do assumpto para final decizão.

Vou dar conhecimento ao Instituto do que escrevi sobre a conferencia do dia 17:

« Disse ao Sr. general, que na ultima conferencia havia eu exposto os motivos porque me parecia, que o seo projecto de nota e resposta não podiam ser aceitos em sua integridade, que por isso lhe offerecia outros projectos conforme com o pensamento geral de manutenção da alliança e das boas relações entre os dois Estados.

Pedia para isso a attenção de S. Ex. para os ditos projectos, e como era importante a materia, S. Ex. podia ficar com elles e dar-me sua resposta no dia seguinte ás 11 horas. S. Ex. aceitou os projectos; disse-me, que estimava o prazo que lhe concedia; que, por minhas palavras, se persuadia de estarem os projectos de acordo com o que expuzera na conferencia com o Sr. presidente do conselho, isto é, a baze da reciprocidade; que estimaria poder aceitar

os projectos *ad referendum*, para então entrar na materia principal ainda que confidencialmente, como até agora tem tratado dos assumptos de que nos temos occupado. »

No dia seguinte o general enviou-me confidencialmente outras copias para que tambem com ellas nos occupassemos na proxima conferencia, que realizou-se no dia 19, e sobre a qual escrevi:

« Disse ao Sr. general, que, como prova do empenho do Brazil em sustentar suas anteriores declarações, ia dar-lhe a agradavel noticia de que aceitava inteiramente o seo projecto de nota por parte do governo argentino.

Quanto a minha resposta, julgava, que, depois de tal aceitação, devia com effeito soffrer alguma modificação no topico a que S. Ex. se referia. Por isso eu indicava uma que salvava algum inconveniente de redação.

S. Ex. aceitou a redação proposta, dizendo que agora esperava, que não houvesse mais duvida, por parte do seo governo, quanto a esta questão de fórma.

Observei eu então, que, não podendo S. Ex. apezar de ser um ministro altamente caracterizado e munido de amplos poderes, como se declarava no projecto de nota do governo argentino, aceitar definitivamente esse projecto, mas sómente *ad referendum*, ficavamos ainda em uma situação provizoria, e que portanto não podiamos entrar em negociação desde já; mas que, estando S. Ex. aqui acreditado em alto character diplomatico, não tinha eu duvida em ouvir quaesquer declarações que S. Ex. entendesse conveniente fazer.

Respondeo S. Ex., que compenetrava-se da minha observação; que ia escrever ao seo governo no dia 22, e que esperava ter solução satisfatoria nos primeiros dias do proximo mez. »

A resposta do governo argentino foi no sentido de approvar o acto do seo plenipotenciario; e a nota do ministro das relações exteriores da Republica de 25 de Setembro, e a minha de 2 de Outubro em resposta, redigidas de conformidade com os projectos approvados, estão publicadas no relatorio, que apresentei na primeira sessão da legislatura que corria.

Seguiu-se a negociação publica, confiada ao zelo e aos talentos do Marquez de S. Vicente.*

O Instituto conheceo que occorreo n'essa negociação; e inteirado agora de tudo quanto a precedeo, póde fórmar seo juizo sobre esta parte da nossa historia diplomatica. Confio, que nem o Instituto, nem o paiz, exprobarão ao ministro dos negocios estrangeiros o não haver procurado salvar os justos reclamos da opinião nacional e promover o melhor serviço de sua patria.

D'esta narrativa uma verdade resalta: que, estremecidas as relações internacionaes, a negociação confidencial muito póde contribuir ou para a paz ou para guerra.

MANOEL FRANCISCO CORREIA

* Convenci-me, no exercicio do cargo de ministro dos negocios estrangeiros, de que este deve evitar quanto possivel entrar directamente nas negociações de caracter publico, permitta-se-me assim qualificar-as. O plenipotenciario, si as coizas não correm á feição, tem o inapreciavel recurso de appellar para a falta de instruções. Ganha tempo para a reflexão; mune-se da opinião do seo governo, e fica em condição de proseguir sem vexame, e do modo mais conveniente. O ministro, que é quem dá as instruções, fica em taes circumstancias em outros embarços; e só com muito tacto e não vulgar sagacidade póde ladear a difficuldade sem collocar-se em situação angustioza, si não de relativa inferioridade.

US\$ 20 - zero.

Livrania Orinabi 15.484.

056948



